

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

MARÇO DE 2012

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e da Portaria CGU nº 2546/2010.

Brasília, março de 2012

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

APF	Administração Pública Federal
APO	Analista de Planejamento e Orçamento
CTPGV	Câmara Técnica de Projetos de Grande Vulto
CGU	Controladoria-Geral da União
CMA	Comissão de Monitoramento e Avaliação
DEPLA	Departamento de Planejamento
DECIP	Departamento de Gestão do Ciclo do Planejamento
DECON	Departamento de Temas Econmicos e Especiais
DESOC	Departamento de Temas Sociais
DINFE	Departamento de Temas de Infraestrutura
DN	Decisão Normativa
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ESAF	Escola de Administração Fazendária
IN	Instrução Normativa
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PGV	Projeto de Grande Vulto
PPA	Plano Plurianual
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SMA	Sistema de Monitoramento e Avaliação
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
TCU	Tribunal de Contas da União
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Figura I - Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada.....	6
Quadro I - Identificação da Unidade Jurisdicionada no Relatório de Gestão Individual.....	12
Quadro II - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo.....	25
Quadro III - Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	29
Quadro IV - Identificação as Unidades Orçamentárias.....	33
Quadro V - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	33
Quadro VI - Indicadores Institucionais.....	35
Quadro VII - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores das ações do Programa 0802..	37
Quadro VIII - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores do Programa 0802.....	37
Quadro IX - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores das ações sob responsabilidade da UJ.....	37
Quadro X - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12.....	39
Quadro XI - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação em 31/12.....	39
Quadro XII - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	40
Quadro XIII - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12.....	40
Quadro XIV - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	40
Quadro XV - Composição do Quadro de Estagiários.....	41
Quadro XVI - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	41
Quadro XVII - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos do MP....	42
Quadro XVIII - Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.....	43
Quadro XIX - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	43
Quadro XX - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	43
Quadro XXI - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	45
Quadro XXII - Estrutura de controles internos da UJ.....	46
Quadro XXIII - Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.....	48
Quadro XXIV - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	49
Quadro XXV - Declaração do Contador Responsável.....	59

SUMÁRIO

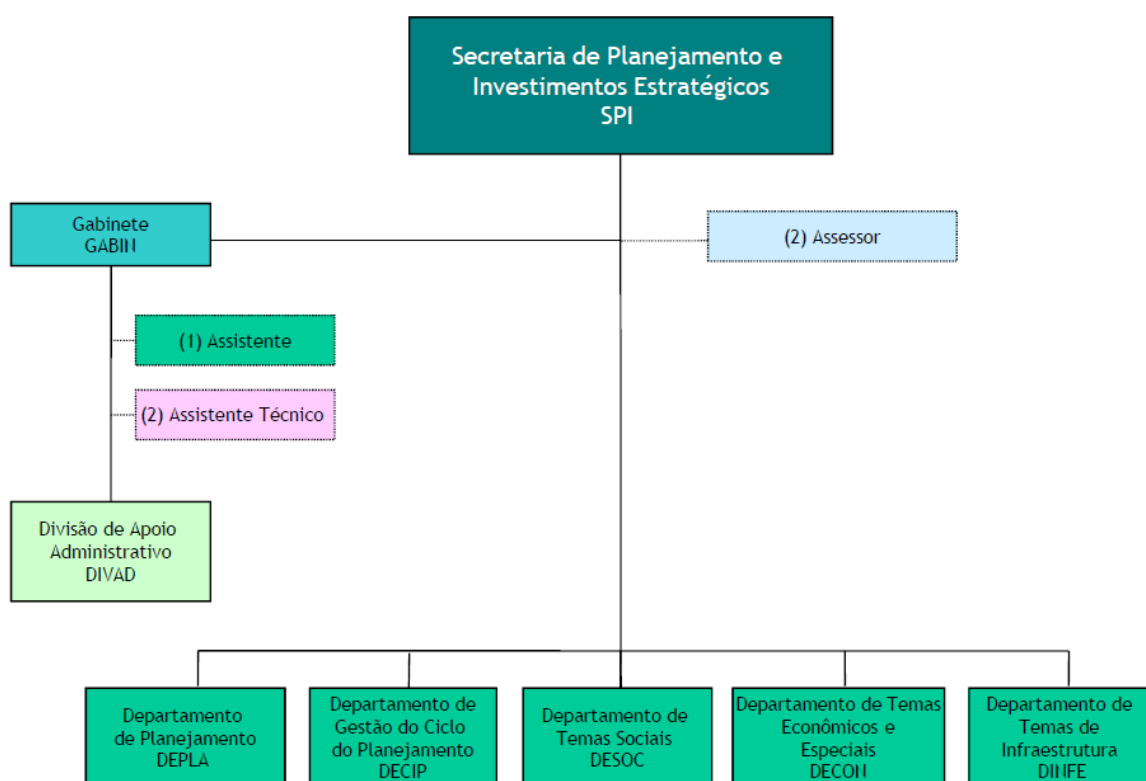
1. ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	6
2. INTRODUÇÃO.....	10
3. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	12
4. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	14
a) Responsabilidades institucionais da unidade.....	14
b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	17
c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade.....	25
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	33
5. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	37
6. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE.....	39
a) Composição do quadro de servidores ativos.....	39
b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	41
c) Composição do quadro de estagiários.....	41
d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....	41
e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	42
f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	44
7. INFORMAÇÕES SOBRE A ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	45
8. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.....	46
9. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.....	48
10. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DA CGU.....	49
11. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA	59
12. RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	60

1. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), órgão específico singular integrante da estrutura organizacional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), tem sua estrutura e suas competências dadas pelo Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do MP, e detalhadas pela Portaria MP nº 162, de 6 de abril de 2010, alterada pela Portaria MP nº 248, de 28 de maio de 2010, que aprova o Regimento Interno da SPI.

O Organograma Funcional da SPI é representado pela Figura I.

Figura I - Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada



Fonte: Regimento Interno da SPI

A atual conformação da Secretaria é resultado de um trabalho que perseguiu o fortalecimento de seus três departamentos finalísticos mediante a instituição de uma lógica mais focada nas políticas públicas, nos bens e serviços ofertados à sociedade e disposta por temas. Assim estão organizados os Departamentos de Temas Sociais (DESOC), de Temas Econômicos e Especiais (DECON) e de Temas de Infraestrutura (DINF).

Por sua vez, os Departamentos de Planejamento (DEPLA) e de Gestão do Ciclo do Planejamento (DECIP) foram estruturados para gerar e aprimorar metodologias, ferramentas, estudos e conhecimentos necessários ao trabalho da Secretaria no contexto da nova lógica temática.

A SPI conta, ainda, com um Gabinete (GABIN), responsável por questões administrativas, e com uma Assessoria de apoio ao titular da Unidade.

À SPI compete:

- coordenar o planejamento das ações de governo, em articulação com os órgãos setoriais integrantes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal (SOF);
- estabelecer diretrizes e normas, coordenar, orientar e supervisionar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual, e a gestão de risco dos respectivos programas e do planejamento territorial;
- disponibilizar informações sobre a execução dos programas e ações do governo federal integrantes do Plano Plurianual, inclusive relativas aos seus impactos socioeconômicos;
- realizar estudos especiais para a formulação de políticas públicas;
- identificar, analisar e avaliar os investimentos estratégicos governamentais, inclusive no que diz respeito ao seu impacto territorial, suas fontes de financiamento e sua articulação com os investimentos dos demais entes federativos e com os investimentos privados; e
- exercer a supervisão da Carreira de Analista de Planejamento e Orçamento (APO), em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal, observadas as diretrizes emanadas do Comitê de Gestão das Carreiras do MP.

Ao Departamento de Planejamento, cumpre:

- prover a SPI dos conhecimentos e modelos necessários à consecução de suas atividades;
- organizar prêmios, cursos, estudos, pesquisas e publicação de artigos sobre planejamento, políticas públicas e desenvolvimento;
- apoiar a organização de eventos sobre planejamento, políticas públicas e desenvolvimento; e
- organizar grupos de discussão sobre temáticas associadas ao planejamento, às políticas públicas e ao desenvolvimento.

Por sua vez, cabe ao Departamento de Gestão do Ciclo do Planejamento:

- desenvolver estudos e pesquisas para a definição dos processos de elaboração e de revisão do Plano Plurianual;
- propor aprimoramentos na metodologia de elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual;
- preparar manuais sobre elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual; e
- elaborar proposta da mensagem presidencial do Plano Plurianual.

Finalmente, aos Departamentos de Temas Sociais, de Temas Econômicos e Especiais e de Temas de Infraestrutura compete orientar, coordenar e supervisionar a elaboração de programas, o monitoramento e a avaliação relacionados aos temas em sua área de atuação, assim como desenvolver estudos e projetos que contribuam para a melhoria dos processos de planejamento, gestão e análise das políticas e programas em sua respectiva área.

Para realizar suas atividades, os três departamentos finalísticos contam com gerências de projeto e coordenações. Os outros dois departamentos são estruturados em coordenações-gerais e coordenações, conforme suas atribuições regimentais. O Gabinete, por seu turno, possui uma Divisão de Apoio Administrativo.

O trabalho da Secretaria, especialmente dos departamentos finalísticos, está organizado por temas. A nova conformação temática confere maior focalização para o acompanhamento da programação estratégica do Plano Plurianual. Importante ressaltar que o tratamento dos temas implica a abordagem, inclusive, de questões que não estão explicitadas no Plano, mas que são relevantes para a garantia da eficácia da ação governamental. As análises temáticas, no entanto, devem ser suficientes para o monitoramento dos programas, estimulando a criação de massa crítica a respeito da inter-relação entre as políticas públicas e contribuindo para sua concretização no âmbito do Plano Plurianual.

Os núcleos temáticos e temas foram constituídos a partir do conceito de campos do conhecimento (recortes) cuja dinâmica é organizada em torno de ideias, questões, desafios etc. postos para uma área. Campos devem ser entendidos como esferas que organizam os debates, envolvendo atores (que podem conflitar ou não) governamentais, sociedade civil organizada, academia, mídia etc. Assim, buscou-se minimizar o risco de escolha de objetos que não se materializassem em lócus que expressassem dilemas, acordos e construções em vigor, dos quais, inclusive, resultam a forma, a distribuição e a quantidade de produtos, bens e serviços entregues à sociedade.

Inicialmente, foram definidos 51 temas organizados em 16 núcleos temáticos. Após um intenso trabalho interno, seguido de um amplo debate com os órgãos setoriais, sociedade civil e demais atores interessados, este conjunto de temas deu origem aos 65 Programas Temáticos que estão consubstanciados na Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

Os Programas Temáticos percorrem os seguintes temas de políticas públicas:

- Agricultura Familiar ;
- Agricultura Irrigada ;
- Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização ;
- Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) ;
- Autonomia e Emancipação da Juventude ;
- Aviação Civil ;
- Biodiversidade ;
- Bolsa Família ;
- Cidadania e Justiça ;
- Ciência, Tecnologia e Inovação ;
- Combustíveis ;
- Comércio e Serviços ;
- Comércio Exterior ;
- Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia ;
- Conservação e Gestão de Recursos Hídricos ;
- Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas ;
- Cultura: Preservação, Promoção e Acesso ;
- Defesa Agropecuária ;
- Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública ;
- Desenvolvimento Produtivo ;
- Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária ;
- Educação Básica ;
- Educação Profissional e Tecnológica ;
- Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão ;
- Energia Elétrica ;
- Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial ;
- Esporte e Grandes Eventos Esportivos ;
- Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios ;
- Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ;
- Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional ;
- Gestão de Riscos e Resposta a Desastres ;
- Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral ;
- Inovações para a Agropecuária ;
- Integração Sul-Americana ;
- Licenciamento e Qualidade Ambiental ;
- Mar, Zona Costeira e Antártida ;

- Micro e Pequenas Empresas ;
- Mobilidade Urbana e Trânsito ;
- Moradia Digna ;
- Mudanças Climáticas ;
- Oferta de Água ;
- Pesca e Aquicultura ;
- Petróleo e Gás ;
- Planejamento Urbano ;
- Política Espacial ;
- Política Externa ;
- Política Nacional de Defesa ;
- Política Nuclear ;
- Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência ;
- Previdência Social ;
- Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes ;
- Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência ;
- Promoção e Defesa dos Direitos Humanos ;
- Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas ;
- Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária;
- Resíduos Sólidos ;
- Saneamento Básico ;
- Segurança Alimentar e Nutricional ;
- Segurança Pública com Cidadania ;
- Trabalho, Emprego e Renda ;
- Transporte Ferroviário ;
- Transporte Hidroviário ;
- Transporte Marítimo ;
- Transporte Rodoviário ; e
- Turismo.

2. INTRODUÇÃO

A estrutura do presente Relatório de Gestão obedece às disposições da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, e às orientações disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal de Contas da União (TCU), em particular a apresentação intitulada “Dicas para elaboração do Relatório de Gestão de 2011”. As normas e orientações foram consultadas entre janeiro e março de 2012, pelo caminho: Portal TCU > Comunidades > Contas > Contas e relatórios de gestão > Contas do exercício de 2011.

Isso posto, o primeiro capítulo do Relatório, após a capa e as páginas de abertura, traz o Organograma Funcional da SPI, que informa a organização, as competências e as atribuições da Secretaria. Na sequência desta introdução, que representa o segundo capítulo, é desenvolvido o conteúdo do Relatório propriamente dito, percorrendo os itens pertinentes do Anexo II da DN TCU nº 108/2010, que constituem mais nove capítulos do Relatório. Por fim, é apresentado o capítulo de Resultados e Conclusões, que encerra o documento.

Os tópicos abordados no desenvolvimento deste Relatório de Gestão obedecem à indicação do Quadro A1 do Anexo II da DN TCU nº 108/2010, segundo o qual aos órgãos da administração direta do Poder Executivo cabem os Itens 1 a 16 da Parte A (conteúdo geral) e o Item 1 da Parte B (informações contábeis) do anexo mencionado.

Dos itens citados, os seguintes não se aplicam à SPI no exercício de referência do Relatório pelas razões expostas:

- Item 3 - não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2011;
- Item 6 - a Unidade não realizou transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência;
- Item 7 - não há contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres cujas informações a SPI seja responsável por disponibilizar e atualizar, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV);
- Item 10 - a SPI não confecciona termos de referência e projetos básicos para aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e contratação de serviços ou obras, tampouco é responsável por realizar procedimentos licitatórios;
- Item 11 - a Unidade não tem sob sua responsabilidade a administração de imóveis de propriedade da União ou locados de terceiros e nem utiliza o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet);
- Item 13 - a Secretaria não dispõe de cartão de pagamento do governo federal;
- Item 14 - a SPI não possui competências relativas à Renúncia Tributária;
- Item 16 - não há unidade de controle interno na estrutura do órgão. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao qual está subordinada a SPI, conta com a figura da Assessora Especial de Controle Interno.

Importa salientar que a Parte C do Anexo II também não se aplica à SPI, por a Unidade não se enquadrar em nenhuma das situações ali indicadas no exercício de 2011. A Parte D igualmente não cabe, por não se encontrar esta Secretaria dentre as unidades que devem apresentar relatórios customizados.

O exercício de 2011 foi marcado pela construção, discussão e aprovação do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2012-2015. Após um intenso trabalho de estudos sobre o novo modelo que deveria nortear o PPA 2012-2015, bem como de acúmulo de conhecimento acerca das políticas públicas e agendas prioritárias do governo federal, notadamente quando da elaboração e análise dos Documentos de Referência Temática, os esforços da Secretaria se concentraram na confecção e discussão das propostas de conteúdo para os Programas Temáticos que compõem o Plano.

Os trabalhos envolveram uma série de oficinas, fóruns, encontros e reuniões em que houve um amplo debate com os ministérios e órgãos responsáveis pelas políticas públicas, estados e municípios das cinco regiões do País, a sociedade civil organizada, entre outros atores, o que foi fundamental para o aprimoramento das declarações e escolhas que permeiam o Plano Plurianual 2012-2015.

Refletindo a qualidade dos esforços empreendidos, em 20 de dezembro de 2011, o Projeto de Lei do Plano Plurianual foi aprovado pelo Congresso Nacional. É a primeira vez em que um PPA é aprovado no Parlamento no mesmo ano em que foi enviado pelo Executivo Federal, uma vez que nas quatro outras oportunidades não foi possível finalizar o processo legislativo antes de março do ano posterior ao envio da proposta.

Vale a pena salientar que essas ações foram realizadas em paralelo a todas as demais atividades da SPI, que é responsável pela gestão das etapas do ciclo do planejamento, coordenação de comitês e grupos de trabalho, participação nas agendas prioritárias (como o PAC), além de outras atribuições institucionais. Naturalmente isso gerou um considerável volume de trabalho para o corpo técnico da Secretaria, com concentração de atividades no período que antecedeu o envio do Projeto de Lei ao Congresso Nacional.

Para 2012, o desafio está na consolidação do modelo de Monitoramento e Avaliação do PPA 2012-2015. O modelo deve permitir a gestão do Plano e ser voltado ao tratamento dos componentes que viabilizem a política pública e evidenciem seus resultados. Ele deve ser um instrumento concebido a partir do conteúdo do Plano e possibilitar a gestão de prioridades.

Da mesma forma em que se deu a construção do novo PPA, o modelo de Monitoramento e Avaliação precisa ser participativo e proporcionar transparência da ação governamental. As agendas de monitoramento devem ser construídas em conjunto com os órgãos encarregados pela consecução dos projetos e atividades e permitir à sociedade civil participar ativamente do acompanhamento da execução das ações que integram o Plano.

3. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro I - Identificação da Unidade Jurisdicionada no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Poder Executivo Federal			
Órgão de Vinculação: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			Código SIORG: 2981
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos			
Denominação abreviada: SPI			
Código SIORG: 2033	Código LOA: N/A	Código SIAFI: N/A	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2020-4080	(061) 2020-4436	(061) 2020-4498
Endereço Eletrônico: spi@planejamento.gov.br			
Página na Internet: http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?sec=10			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 3º Andar - CEP: 70.040-906 - Brasília - DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> · Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e emendas posteriores. · Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. · Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e alterações posteriores - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. · Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e alterações posteriores - Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011. · Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. 			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> · Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007 - Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. · Decreto de 1º de agosto de 2008 - Dispõe sobre a Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR, e dá outras providências. · Decreto nº 6.601, de 10 de outubro de 2008 - Dispõe sobre a gestão do Plano Plurianual 2008-2011 e de seus programas. · Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 - Institui, no âmbito do Poder Executivo Federal, a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, e dá outras providências. · Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dá outras providências. · Portaria MP nº 66, de 1º de abril de 2009 - Institui a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual - CMA, na forma prevista na alínea "c" do inciso I do art. 2º do Decreto nº 6.601/2008. · Portaria MP nº 140, de 10 de junho de 2009 - Estabelece as atribuições dos integrantes do Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA, nos níveis estratégico e tático-operacional. · Portaria MP nº 183, de 7 de julho de 2009 - Aprova o Regimento Interno da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual - CMA para o período 2008/2011. · Portaria MP Nº 92, de 3 de março de 2010 - Designa os representantes dos órgãos do Poder Executivo para compor o CGPPA. · Portaria MP nº 162, de 6 de abril de 2010, alterada pela Portaria MP nº 248, de 28 de maio de 2010 - Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. · Portaria SPI/MP nº 1, de 8 de maio de 2009 - Estabelece os procedimentos e a periodicidade para registro de informações relacionadas com o desempenho dos programas e das ações do PPA, no SIGPlan. 			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> · Manual de Elaboração - O passo a passo da Elaboração do PPA para municípios. 2ª Edição. 2005. · Manual de Apresentação de Estudos de Viabilidade de Projetos de Grande Vulto - Versão 2.0, Brasília, julho de 2009. Aprovado pela Resolução CMA/MP nº 5/2009. · Manual de Avaliação Anual do PPA 2008-2011- Exercício 2011 - Ano Base 2010. Brasília, março de 2011. 			

- Orientação Estratégica de Governo para o Plano Plurianual 2008-2011.
- Orientações Gerais sobre Alterações no Módulo de Monitoramento 2008.
- Orientações para a descentralização do cadastro de usuários no SIGPlan (Perfil Cadastrador CI-Órgão) - 5ª Edição, junho de 2010.
- Orientações para Elaboração do Plano Plurianual 2012-2015.
- Indicadores de Programa: Guia Metodológico. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - Brasília: MP, 2010.
- Tutoriais interativos desenvolvidos para ilustrar os procedimentos de registros relativos a: preenchimento regionalizado anual; preenchimento de ações pelos coordenadores de ação; preenchimento de programas pelos gerentes de programas.

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
114702	Fundação Escola Nacional de Administração Pública
201013	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
11401	Fundação Escola Nacional de Administração Pública
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
114702	11401
201013	00001

4. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE JURISDICIONADA

a) Responsabilidades institucionais da unidade

I. Competência Institucional

A Lei nº 10.180/2001, que organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, informa que o Ministério do Planejamento é o órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal. Esse Sistema compreende as atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamentos, e de realização de estudos e pesquisas socioeconômicas.

O Decreto nº 7.675/2012, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, informa que compete à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos coordenar o planejamento das ações de governo, em articulação com os órgãos setoriais integrantes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.

Isso posto, a SPI tem por missão garantir a convergência da ação de governo, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável, através da coordenação e elaboração de planos de médio e longo prazos e sua respectiva gestão estratégica.

Neste contexto, os Planos Plurianuais são importantes produtos da Secretaria. O PPA é a ferramenta de planejamento de médio prazo prevista pela Constituição Federal de 1988, que estabelece as prioridades da Administração Federal para cada quadriênio e orienta a elaboração das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais.

A SPI também identifica, acompanha e analisa os investimentos estratégicos governamentais e coordena as atividades de cooperação técnica no âmbito do Ministério do Planejamento no que se relaciona ao planejamento, ao acompanhamento, à avaliação das ações de governo.

Importante destacar, ainda, o volume de Notas Técnicas e/ou Pareceres Técnicos emitidos pela Secretaria sobre temas relevantes para o governo federal, atendendo a demandas provenientes, principalmente, da Casa Civil da Presidência da República.

Conforme mencionado no Capítulo 1 deste Relatório de Gestão, a Secretaria passou por um processo de adequação de sua estrutura organizacional, que teve por objetivo incrementar a atuação da SPI pelo fortalecimento da função planejamento.

Atualmente, as competências da Secretaria são expressas pelo Decreto nº 7.675/2012 (o texto está indicado no Capítulo 1). Tais competências são detalhadas no Regimento Interno aprovado pela Portaria MP nº 162/2010 (alterado pela Portaria MP nº 248/2010). Os arts. 1º e 2º do Regimento Interno sintetizam as atribuições desta Unidade Jurisdicionada, conforme transcrito abaixo.

Art. 1º A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, órgão subordinado diretamente ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade:

I - coordenar o planejamento das ações de governo, em articulação com os órgãos setoriais integrantes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

- II - estabelecer diretrizes e normas, coordenar, orientar e supervisionar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual, bem como a gestão de risco dos respectivos programas, e do planejamento territorial;
- III - disponibilizar informações sobre a execução dos programas e ações do Governo Federal integrantes do Plano Plurianual, inclusive relativas aos seus impactos socioeconômicos;
- IV - realizar estudos especiais para a formulação de políticas públicas;
- V - identificar, analisar e avaliar os investimentos estratégicos governamentais, inclusive no que diz respeito ao seu impacto territorial, suas fontes de financiamento e sua articulação com os investimentos dos demais entes federativos e com os investimentos privados;
- VI - exercer a supervisão da Carreira de Analista de Planejamento e Orçamento, em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal, observadas as diretrizes emanadas do Comitê de Gestão das Carreiras do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e
- VII - propor ao Ministro de Estado, observadas as diretrizes emanadas do Comitê de Gestão das Carreiras do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a alocação dos cargos da Carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior.

Art. 2º Para consecução de suas finalidades, à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos compete, ainda:

- I - coordenar a elaboração das metas e prioridades da Administração Pública Federal;
- II - coordenar o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual;
- III - subsidiar a elaboração da Mensagem Presidencial, em conformidade com o previsto no art. 84, inciso XI da Constituição Federal;
- IV - gerir sistema de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do Plano Plurianual;
- V - examinar e dar parecer, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, quanto aos pleitos de contratação de crédito externo; e
- VI - propor no âmbito do Comitê de Gestão das Carreiras do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, políticas e diretrizes para distribuição, lotação e exercício dos cargos da carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior e para o exercício das competências de que trata o art. 4º da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998.

II. Objetivos estratégicos

A estratégia de desenvolvimento que o Brasil adotou nos últimos anos, baseada principalmente no consumo de massa e na manutenção da estabilidade econômica, alinhada com políticas de inclusão social e a retomada dos investimentos em infraestrutura, trouxe à tona uma nova consciência de planejamento governamental, que busca não somente a eficiência do gasto público, mas também a eficácia e a efetividade da ação governamental.

O recente ciclo de desenvolvimento brasileiro vem sendo impulsionado por políticas públicas inovadoras que combinam crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais. Essas políticas têm um elemento comum: a recuperação da capacidade do Estado de planejar e agir visando, sobretudo, a garantir os direitos dos que mais precisam.

A estratégia de aprofundamento desse cenário de modernização requer um Estado indutor e promotor das mudanças, a partir de políticas públicas construídas por meio do diálogo social e do pacto federativo. Em outras palavras, o Brasil se transformou e, portanto, os desafios de se buscar novas formas de atuação do Estado também se renovaram.

Neste contexto, um desafio central do planejamento governamental é o de levar o Estado a entregar os produtos necessários à sociedade no lugar e no tempo adequados. A importância da tempestividade fica mais evidente diante dos impactos negativos causados por não-entregas ou

atrasos nas entregas de bens e serviços. Mesmo nos casos em que o atraso nessa entrega não cause diretamente um impacto negativo, é preciso considerar que a sociedade fica privada de usufruir um bem ou serviço por um período de tempo de maneira desnecessária. É preciso considerar, também, que, por conta desse atraso, outros empreendimentos deixam de ser implementados ou, em alguns casos, acabam nem mesmo sendo executados.

A complexidade do ambiente governamental requer, cada vez mais, que os órgãos de planejamento considerem as particularidades das diferentes políticas públicas que são desenhadas para atender aos anseios da sociedade, sem perder de vista a complementaridade existente no conjunto da ação governamental. Para tanto, é necessário possuir informação e conhecimento suficientes sobre os diversos setores do governo, o estágio da implementação das políticas setoriais, os desafios e problemas que se colocam, além de uma visão clara sobre como a conjuntura impacta e é impactada pela intervenção estatal. É importante, ainda, incrementar o diálogo com os órgãos setoriais de planejamento, com os órgãos de coordenação política e com as unidades administrativas responsáveis pela execução dos programas, projetos e atividades na Administração Pública Federal.

Considerando esses desafios, no novo Plano Plurianual, a atuação governamental passa a ser enxergada sobre uma ótica temática, que perpassa setores do Estado, uma vez que leva em conta o desenvolvimento real de uma política pública, os atores envolvidos, a abrangência territorial, os resultados de sua implementação, dentre outros aspectos.

Um objetivo estratégico perseguido é o fortalecimento da função planejamento e o consequente aperfeiçoamento do Plano. O Plano deve responder se os produtos e serviços oferecidos pelo governo atendem às necessidades da sociedade. O foco deve ser nos resultados, não nos procedimentos. Preocupações como o desenvolvimento sustentável, o aproveitamento das potencialidades regionais, a redução das desigualdades e a qualidade do gasto público devem orientar os programas que compõem o Plano. A ação governamental deve ser aprimorada pelo planejamento, incorporando os princípios da eficácia e da efetividade.

Ficou patente, a partir da aplicação das metodologias de planejamento, que um programa, da forma como era desenhado, poderia não ser adequado para lidar com a complexidade da política pública à qual se referia. A complementaridade das ações governamentais, com interfaces bem construídas entre os órgãos executores, faz-se cada vez mais necessária. É preciso fomentar a intersectorialidade entre os diversos órgãos de forma a construir uma dinâmica que possibilite uma reflexão mais holística do conjunto da ação governamental.

Assim, a SPI trabalhou no desenvolvimento da lógica da inter-relação das ações governamentais com as políticas públicas expressas em temas organizados em núcleos temáticos. Os temas são entendidos como assuntos que, pela relevância, foram incorporados aos compromissos governamentais e justificam a ação do Estado, por meio de políticas públicas consideradas determinantes para o desenvolvimento. Os temas de políticas públicas trabalhados pela SPI deram origem aos Programas Temáticos que integram o novo Plano Plurianual.

Destaca-se, ainda, o esforço permanente no desenvolvimento de mecanismos de inovação em resposta aos desafios da gestão por resultados, ou seja, pelo comprometimento dos agentes internos e externos em torno de um Plano estratégico que contemple a coordenação das políticas públicas. Dessa forma, os Programas Temáticos surgem como o *locus* de interlocução de uma ampla rede de atores. Trata-se, então, de um potente instrumento de articulação governamental e federativa, combatendo as fragmentações das políticas públicas, de forma a estimular o permanente aperfeiçoamento do processo de planejamento em consonância com os planos derivados.

b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

O exercício de 2011, que inaugurou a nova gestão, trouxe o desafio estratégico de tornar o Ministério do Planejamento mais atuante na coordenação de políticas públicas. A ideia é que o Ministério incorpore uma nova função, a de facilitador das ações governamentais, enfrentando os principais gargalos da Administração Pública. Neste contexto, é importante consolidar o processo de retomada do planejamento público para fortalecer o desenvolvimento.

O Plano Plurianual é a ferramenta de planejamento de médio prazo estabelecida pela Constituição Federal. Para fortalecer a função planejamento, os programas governamentais retratados no Plano devem estar alinhados com os compromissos assumidos pelo governo, além de permitir um monitoramento efetivo para que os resultados possam ser avaliados. O Plano deve ter capacidade de criar espaços para tratar políticas transversais e multissetoriais, organizar a ação pública regionalizadamente, criar mecanismos de participação social e ser capaz de comunicar à sociedade de forma didática os principais programas governamentais.

Neste sentido, as categorias a partir das quais o Plano se organiza foram redesenhadas. O binômio Programa-Ação, que estruturava tanto os Planos Plurianuais como os Orçamentos, dá lugar a Programas Temáticos, Objetivos e Iniciativas, tornando-se a Ação uma categoria exclusiva dos Orçamentos. Com isso, define-se uma relação de complementaridade entre os instrumentos, sem prejuízo à integração. O Plano tem como foco a organização da ação de governo nos níveis estratégico e tático, e o Orçamento responde pela organização no nível operacional. A sobreposição anterior confundia o Plano com o Orçamento à medida em que mantinha níveis idênticos de agregação entre os instrumentos.

Busca-se, também, maior versatilidade das categorias a partir das quais o Plano é organizado. Isso possibilita a explicitação da diversidade dos arranjos empregados para a materialização das políticas públicas, como mecanismos de identificação, priorização e seleção de beneficiários e de organização das relações entre os entes federados e entre as esferas pública e privada. Outra consequência positiva dessa versatilidade é o estabelecimento de condições para um melhor tratamento da multissetorialidade que caracteriza diversas políticas, assim como da organização das mesmas a partir dos diferentes recortes territoriais possíveis.

A nova estrutura de Plano permite, ainda, comunicar à sociedade os principais objetivos de governo e suas respectivas metas de maneira mais simples e direta. Propicia o aprimoramento do diálogo com todos os entes federados, poderes do Estado e com os atores da sociedade.

Os Programas Temáticos no novo modelo foram concebidos, então, a partir de recortes mais aderentes às políticas públicas. As unidades que agregam as políticas possuem delimitações mais abrangentes e uniformes entre si, dialogando, portanto, com formulações reconhecidas pelo governo e pela sociedade.

Essa delimitação dos Programas Temáticos facilita a relação entre as dimensões estratégica, tática e operacional do governo, confere um novo significado à dimensão tática no Plano e qualifica a comunicação dentro do governo e deste com a sociedade. Interessante notar que a aproximação dos Programas Temáticos com os temas de políticas públicas possibilitou a definição de indicadores dotados de maior capacidade de revelar aspectos das políticas e contribuir com a gestão.

Além dos Programas Temáticos, o Plano apresenta um conjunto de Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Essas unidades contemplam despesas destinadas ao apoio e à manutenção da ação governamental ou, ainda, àquelas não tratadas nos Programas Temáticos. De forma geral, cada Ministério ou Secretaria equiparada a Ministério tem um único programa dessa natureza.

Os Programas Temáticos do PPA 2012-2015 estão organizados em Objetivos que, por sua vez, são detalhados em Metas e Iniciativas.

Os Objetivos constituem-se na principal inovação do Plano, na medida em que expressam as escolhas do governo para a implementação de determinada política pública. Por meio deles, o PPA declara um enunciado que relaciona o planejar ao fazer, uma indução à associação entre formulação e implementação com vistas a apontar os caminhos para a execução das políticas e, assim, orientar a ação governamental. Procurou-se, sempre que possível, utilizar uma linguagem que guie o governo, evitando-se declarações descomprometidas com as soluções.

A cada Objetivo estão associadas Metas, que podem ser qualitativas ou quantitativas. As Metas são indicações que fornecerão parâmetros para a realização esperada para o período do Plano. As qualitativas são particularmente interessantes porque ampliam a relação do Plano com os demais insumos necessários à consecução das políticas, além do Orçamento. Cabe destacar, ainda, que elas resgatam no Plano uma dimensão que, anteriormente, confundia-se com o produto das ações orçamentárias. Por isso, as Metas estabelecem uma relação com o cidadão por traduzirem a atuação do governo com mais simplicidade e transparência.

Já as Iniciativas são atributos derivados dos Objetivos e declaram as entregas à sociedade de bens e serviços resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras: ações institucionais e normativas, de pactuação entre entes federados, entre Estado e sociedade e de integração de políticas públicas.

Elas estabelecem a relação formal do Plano com o Orçamento já que aquelas Iniciativas que possuem financiamento vinculado ao Orçamento da União estão associadas às correspondentes ações no Orçamento. As Iniciativas consideram também como as políticas organizam os agentes e instrumentos que a materializam, com atenção à gestão, às relações federativas e aos mecanismos de seleção e identificação de beneficiários.

II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o Relatório de Gestão

Sem dúvida, o desafio central da Secretaria no exercício de 2011 residiu na elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 - o Plano Mais Brasil -, instrumento que orientará a execução das políticas públicas do governo federal no período do Plano.

Assentadas as bases e premissas do modelo para o novo Plano Plurianual, pra dar sequência às atividades de construção do PPA 2012-2015, a SPI se organizou em Grupos de Trabalho com os seguintes temas:

- a) construção de cenários e análise dos impactos dos investimentos;
- b) caracterização dos programas temáticos, elaboração do manual e treinamento das equipes;
- c) banco de dados especializado;
- d) consolidação dos programas temáticos e elaboração do projeto de lei;
- e) relações com a sociedade; e
- f) monitoramento e avaliação.

Os Grupos de Trabalho contaram com o empenho de todo o corpo técnico da Secretaria e tiveram papel fundamental na edificação do PPA. Por meio dos Grupos, foram desenvolvidas as tarefas e cumpridas as etapas relativas à materialização do novo Plano.

Concepção da Dimensão Estratégica

Uma frente importante na construção do PPA 2012-2015 envolveu a formulação de cenários macroeconômicos e sociais, abrangendo os componentes ambiental, regional, nacional e internacional, além de estudos dos impactos das políticas públicas nos principais indicadores de desenvolvimento no período do Plano.

Neste contexto, nos dias 11, 12 e 13 de julho, a SPI realizou o seminário “Construção da Dimensão Estratégica do PPA 2012-2015”.

O evento teve como objetivo promover a discussão com atores de diversos segmentos da sociedade brasileira para a construção de cenários envolvendo informações macroeconômicas, sociais e ambientais do Brasil, sua inserção no ambiente internacional e cenários para investimentos para os próximos 5 anos.

O Plano Mais Brasil (PPA 2012-2015) defende uma Visão de Futuro para o País que consolida e aperfeiçoa o modelo de desenvolvimento adotado nos últimos anos, cujo foco tem sido o crescimento econômico apoiado no mercado interno, com qualificação de distribuição de receita e sustentabilidade ambiental. Além disso, destaca o papel do Brasil no mundo, em defesa dos direitos humanos, da paz e do desenvolvimento para todos os povos.

O capítulo da Dimensão Estratégica do Plano Mais Brasil exigiu uma prospecção científica e política de cenários, e o seminário foi o momento principal de consulta a órgãos do governo, especialistas e instituições capazes de agregar valor a essa formulação e análise de tendências.

O seminário, de cunho altamente técnico, foi segmentado em 6 partes: Contexto Macroeconômico; Produção e Investimentos; Desenvolvimento, Competitividade e Inovação; Evolução Social; Desenvolvimento Regional; Sustentabilidade Ambiental; Infraestrutura; Brasil e o Cenário Internacional.

O produto final dos trabalhos e debates foi agregado ao Plano Mais Brasil em todas as suas dimensões, influenciando nos cenários estratégicos dos Programas, Metas e Iniciativas do PPA 2012-2015.

Além do seminário, objetivando agregar ainda mais insumos na concepção da Dimensão Estratégica, foram realizadas reuniões específicas com atores envolvidos na construção de cenários.

Com o IBGE, foi promovido encontro sobre as possibilidades de utilização dos instrumentos dos sistemas de contas para realização de projeções e construção de cenários, considerando a riqueza das informações disponíveis, a complexidade do seu manuseio, além de suas limitações, sobretudo, no que se refere a abordagens regionalizadas.

Também foi realizada reunião com representantes da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), além da Assessoria Econômica (ASSEC) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, para estabelecimento da forma de tratamento dos parâmetros utilizados na construção dos cenários para o PPA 2012-2015.

Nas discussões, foram abordados temas como a inclusão de aspectos relacionados aos impactos das principais agendas nas variáveis macroeconômicas usualmente apresentadas e a forma de apresentação dessas variáveis.

Oficinas de Elaboração do PPA

A construção dos Programas Temáticos no âmbito do governo envolveu a concepção de um manual com “Orientações para Elaboração do Plano Plurianual 2012-2015” além da realização de duas rodadas de Oficinas com a participação de todos os órgãos da Administração Pública Federal envolvidos na construção dos programas.

Assim, foram realizadas duas Oficinas por Programa Temático: uma para a apresentação do modelo do novo PPA e da proposta da SPI para o programa e a outra para o retorno do Ministério Setorial para a apresentação de seu programa.

As oficinas, ocorridas na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), contaram com moderadores, que tiveram papel fundamental na condução dos trabalhos. Os moderadores atuaram como facilitadores na construção do consenso entre os diversos atores, além de terem registrado os encaminhamentos mais prementes que foram observados da primeira para a segunda oficina. Eles também tiveram um papel importante em manter o debate sempre focado no conteúdo, uma vez que o método não era objeto de discussão, mas de esclarecimentos que fossem necessários para sua melhor compreensão.

Entre os dias 14 de abril e 17 de maio, aconteceu a 1ª Rodada de Oficinas para Elaboração do PPA 2012-2015. Nessas reuniões foram apresentadas a metodologia de elaboração do Plano, a proposta de Programa Temático, elaborada pela SPI, para discussão com os Ministérios, além do Programa de Gestão e Manutenção.

Foi planejada a realização de 56 Oficinas e a expectativa do número de participantes era de 1.120. No entanto, realizam-se 59 Oficinas com a presença de 2.158 pessoas. O Departamento de Temas de Infraestrutura realizou 13 Oficinas com 519 participantes. No Departamento de Temas Sociais foram 25 Oficinas com 907 participantes. Já no Departamento de Temas Econômicos e Especiais ocorreram 18 Oficinas com 781 participantes.

Fora esses encontros, 125 pessoas participaram da Oficina sobre os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Com o término das primeiras Oficinas, iniciou-se a etapa de suporte técnico da SPI aos ministérios setoriais para auxiliar a formulação de suas propostas de programas, objetivos, iniciativas e ações orçamentárias a elas vinculadas. No período compreendido entre a 1ª e a 2ª Oficina, foram realizadas visitas aos órgãos para verificar se os trabalhos de elaboração estavam ocorrendo de forma adequada e, mais importante, se o conteúdo das programações estava aderente à política do Governo Federal. Nas visitas, a SPI forneceu todo o apoio necessário para a construção dos programas temáticos.

Um mês após as primeiras Oficinas, os diversos atores retornaram à ENAP para apresentação e debate das construções realizadas. Dessa forma, a elaboração do novo Plano Plurianual no interior do governo promoveu o intercâmbio de ideias e favoreceu a qualificação das propostas, aumentando as possibilidades efetivas de articulação das políticas e representando, da melhor forma possível, a realidade da atuação setorial. No total, foram contabilizadas as presenças de 3.894 pessoas às Oficinas, que constituíram um importante processo de capacitação em formulação e implementação de políticas públicas no governo.

Houve, ainda, uma Oficina específica para o Legislativo e o Judiciário, que fazem seus respectivos PPA's e têm autonomia administrativa para propor programas temáticos ou consolidar suas programações em Programas de Gestão e Manutenção. A Oficina teve o propósito de disseminar a nova metodologia aos outros Poderes e auxiliá-los na reflexão sobre suas programações.

O processo nas Oficinas renovou a capacidade de planejamento federal em termos estratégicos e qualificou a interpretação de todo o governo sobre as condições necessárias para a implementação das políticas públicas, fato que refletiu nas declarações constantes do Plano Mais Brasil.

Validação dos Programas pelo Comitê de Qualidade

Após a realização da 2ª Rodada de Oficinas do PPA, teve início, em 16 de junho, a revisão final e validação dos Programas pelo chamado Comitê de Qualidade dos Programas do PPA.

O Comitê debateu os 65 Programas Temáticos a partir de uma rotina desenvolvida pela área de infraestrutura e que serviu de modelo para as demais áreas. Os servidores da SPI discutiram os aspectos metodológicos do PPA 2012-2015 com base nos diagnósticos, nas escolhas e nas declarações que constam do Plano.

A pequena quantidade e abrangência dos ajustes propostos pelo Comitê demonstra a qualidade do trabalho técnico conduzido pela SPI desde a etapa de definição da nova metodologia do PPA, passando pela formulação inicial dos programas temáticos e sua discussão e aperfeiçoamento nas Oficinas.

Todas as propostas e encaminhamentos do Comitê foram objeto de concertação exaustiva e diária com os ministérios setoriais. Foi estabelecido um diálogo em alto nível com os responsáveis mais diretos pela formulação e implementação das políticas, fator fundamental para o resultado final das declarações e metas do Plano.

O trabalho ajudou a ampliar o olhar sobre as políticas, qualificar a leitura sobre a forma de operação do governo e, conseqüentemente, expandir a capacidade de interpretar a realidade. Todo o processo constituiu-se em um grande modelo de gestão do conhecimento e do aprendizado organizacional, de modo a qualificar ainda mais a compreensão sobre os dilemas e desafios para o desenvolvimento nacional.

Fase Quantitativa

Também merece destaque o trabalho na SPI na fase quantitativa de elaboração do PPA 2012-2015. Com o lançamento dos limites plurianuais e a captação quantitativa, foram revisitadas as metas e iniciativas do novo PPA a partir das informações orçamentárias, após finalizados todos os ajustes exclusivamente qualitativos.

O Valor Global dos Programas do PPA considerou as seguintes projeções de despesas pra sua composição: orçamento 2012; despesas previstas das ações da esfera fiscal e seguridade social e esfera de investimentos das estatais nos anos 2013, 2014, 2015; e financiamentos extraorçamentários.

As equipes da SPI trabalharam na análise da consistência desses valores, procedendo a ajustes seja em valores ou em metas sempre que necessário, garantindo a consistência interna dos Programas e a consistência fiscal do Plano.

Participação Social

Foi definido conjuntamente pelos Ministros Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e Miriam Belchior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, que o processo de discussão do PPA com a sociedade civil deveria contemplar uma plenária que ocorresse no formato de um grande Fórum, envolvendo representantes de cada um dos 33 conselhos setoriais e de comissões, além de outras entidades representativas indicadas pela Secretaria-Geral da Presidência. Os Secretários Executivos dos Conselhos Nacionais foram incumbidos de se reunir com seus respectivos conselhos para comunicar o formato do Fórum e eleger os seus representantes.

Neste sentido, nos dias 24 e 25 de maio, aconteceu o 1º Fórum Interconselhos, evento promovido pela SPI e pela Secretaria-Geral, com o objetivo de apresentar à sociedade civil organizada a Visão de Futuro, os Valores e os Macrodesafios que deveriam orientar a formulação dos Programas do PPA 2012-2015 bem como o novo modelo do Plano e o seu acompanhamento. Estiveram presentes cerca de 400 convidados, entre representantes não governamentais de 34 Conselhos, de 2 Comissões e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), de participantes de entidades não representadas nos conselhos setoriais, além de membros do governo federal.

No evento, foram destacadas as mudanças no Plano Plurianual e a importância da participação social no processo de planejamento e monitoramento do Plano. Foram discutidos, ainda, a transversalidade, a multisetorialidade e os impactos regionais dos programas propostos, e colhidas sugestões para o desenvolvimento do sistema de monitoramento para acompanhar o novo PPA.

Também por iniciativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Secretaria-Geral da Presidência da República, no dia 13 de outubro, foi promovido o 2º Fórum Interconselhos: Devolutiva e Participação Social no Monitoramento do PPA 2012-2015. Neste evento, foram apresentados aos representantes de diversos Conselhos Nacionais e entidades da sociedade civil os grandes números da então proposta do PPA 2012-2015, o PPA de Bolso e as Agendas Transversais. Durante o encontro, foi discutido, ainda, o monitoramento dos Programas Temáticos do PPA, sendo enfatizada a importância da pactuação entre Estado e sociedade civil nesta atividade.

Nas duas edições do Fórum, estiveram presentes a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, além de diversas outras autoridades.

Articulação Federativa

Para fortalecer a articulação federativa no contexto do novo PPA, foram realizadas 5 reuniões, uma por macrorregião, sob coordenação conjunta da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP) e da Secretaria de Articulação Federativa (SAF/SRI). Os chamados “Diálogos Federativos” contaram com a participação de Secretários Estaduais de Planejamento e de entidades nacionais, estaduais e microrregionais de prefeitos, tendo como objetivo a apresentação e discussão do PPA 2012-2015 e o fortalecimento da cooperação federativa por meio da integração entre o PPA federal e os Planos estaduais.

Florianópolis (região Sul), Rio de Janeiro (região Sudeste), Brasília (região Centro-Oeste), Fortaleza (região Nordeste) e Manaus (região Norte) sediaram as reuniões com instituições públicas dos seus respectivos estados. Os Diálogos Federativos contaram com a participação de técnicos e autoridades de ministérios setoriais, que discutiram com os governos municipais e estaduais a construção das políticas públicas contidas no PPA 2012-2015. Nos encontros, foi possível colher contribuições que apoiaram a elaboração do novo Plano.

Além dos Diálogos Federativos, a SPI promoveu Oficinas específicas com os Estados da Federação e participou de reuniões com estados, com o objetivo de apresentar e discutir a metodologia de elaboração do PPA 2012-2015.

As Oficinas com os Estados da Federação foram realizadas em 12 e 13 de maio, na ENAP, contabilizando mais de sessenta pessoas ao longo dos dois dias de trabalho. O primeiro dia contou com representantes dos Estados do Nordeste e Centro-Oeste e, o segundo, do Norte, Sudeste e Sul do País. A interação foi profícua, e a Secretaria se colocou à disposição para apoiar os Entes Federados que se propuserem a investir nesta nova forma de representação do planejamento governamental em seus Planos Plurianuais.

Atendendo a demandas específicas dos estados de Tocantins, Goiás e Rio Grande do Sul, a SPI apresentou para esses 3 entes a metodologia do novo PPA da União. No dia 4 de maio, em reunião na SPI, houve um encontro com os estados de Tocantins e Goiás. Já no dia 10 de maio, a SPI visitou a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul para compartilhar a nova estrutura e discutir as possibilidades de integração dos planos federal e gaúcho.

A SPI também participou do 1º Encontro Estadual de Planejamento e Orçamento do Tocantins, realizada no dia 13 de maio. A palestra da SPI abordou os avanços no PPA federal desde 2000 e a estrutura do PPA 2012-2015. Discutiu-se o processo de construção do PPA no governo federal, as boas experiências de planejamento nos governos estaduais, e detalhes da relação entre objetivos, iniciativas e ações, especialmente sobre o espaço destinado a abordar, no PPA, os entraves institucionais e legais à execução.

A Secretaria esteve presente, ainda, no XLVI Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Planejamento, em Gramado - RS, ocorrido nos dias 28 e 29 de julho. Na oportunidade, foi apresentado o processo de elaboração do PPA 2012-2015, focando em sua nova estrutura e no processo de participação social e federativa, além de expostas as linhas gerais de como será o monitoramento e a avaliação das políticas e programas do novo PPA.

Agentes Oficiais de Crédito

A interação com os Agentes Oficiais de Crédito também foi uma preocupação que permeou os trabalhos. Em 16 de maio, foi realizada reunião com os Bancos Oficiais de Crédito Federais - Banco do Brasil, Caixa, BNDES, BASA e BNB - para apresentação do modelo do PPA e discussão de trabalho conjunto entre SPI, DEST e Bancos para consolidar as propostas de programação e de previsão de investimento com recursos da carteira própria de crédito ou de Fundos por eles administrados. Esta atividade é vital para garantia da sustentabilidade das programações financiadas por essas fontes, garantindo maior aderência do PPA à realidade e, conseqüentemente, maiores possibilidades de seu uso como instrumento efetivo de monitoramento das políticas públicas.

Monitoramento e Avaliação

Foram promovidas oficinas com o objetivo de obter insumos para a formulação do modelo de Monitoramento e Avaliação (M&A) do PPA 2012-2015, a partir do conhecimento e entendimento das experiências, expectativas e sugestões dos interessados, particularmente dos órgãos setoriais do Governo Federal. Nos encontros, os participantes puderam expor suas experiências, expectativas, sugestões, críticas e sistemas de informação existentes, além de outros temas relevantes.

Também foi realizada oficina com as Secretarias e Entidades Vinculadas do Ministério do Planejamento para apresentação do novo PPA e discussão do respectivo modelo de Monitoramento e Avaliação (M&A). A ideia de convidar as unidades do MP foi colher sugestões, entender como

cada unidade poderia contribuir para a construção e operacionalização do modelo de M&A e aumentar a sinergia interna.

O aperfeiçoamento, implantação e efetiva operacionalização do modelo de Monitoramento e Avaliação é um grande desafio para o exercício de 2012, primeiro ano de gestão do novo Plano Plurianual.

Discussão, Aprovação e Sanção do Projeto de Lei do PPA 2012-2015

Após o encaminhamento do Projeto de Lei do PPA (PLPPA) 2012-2015 ao Congresso Nacional, em 31 de agosto, iniciaram novas frentes: a negociação com os parlamentares para a aprovação da matéria, garantindo as contribuições legítimas e democráticas do Legislativo, mas sem riscos de perda dos avanços do modelo.

Desde logo, a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão colocou a estrutura do Ministério do à disposição dos parlamentares da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e de suas equipes, para que fossem dirimidas quaisquer dúvidas relacionadas ao PLPPA.

A SPI acompanhou de perto a tramitação do PLPPA no Congresso, bem como a audiência pública conjunta sobre plano e orçamento, oportunidade na qual a Ministra do Planejamento esteve presente na CMO para debater o PLPPA 2012-2015 e a PLOA 2012.

No dia 1º de novembro, o Parecer Preliminar do Projeto de Lei do PPA 2012-2015 foi apreciado e aprovado pela CMO. O documento veiculava as regras para o processo de emendamento do PLPPA 2012-2015. O Parecer Preliminar foi aprovado praticamente na íntegra, garantindo que o processo de emendamento respeitasse tanto a consistência fiscal do Plano quanto a metodologia e a estrutura do PPA tal como encaminhado pelo Poder Executivo.

Nas semanas que se seguiram, a SPI e a Assessoria Parlamentar do Ministério do Planejamento (ASPAR) participaram de debates acerca das emendas ao PLPPA 2012-2015, tanto no Congresso quanto internamente ao MP, com a finalidade de compreender e discutir o teor das emendas ao Plano.

Nesse processo as Diretorias Temáticas da Secretaria produziram subsídios importantes para análise do teor das emendas relativas aos programas, especialmente quanto à relação com as regras do parecer preliminar, enquanto a Diretoria de Gestão do Ciclo se concentrou nas emendas ao texto do Projeto de Lei.

Além disso, também foi feita uma análise mais detalhada das emendas de bancada e comissão, ressaltando, em especial, a relação dessas emendas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o disposto nos planos setoriais, particularmente na área de infraestrutura.

Em 20 de dezembro, após ser aprovado na CMO, o PPA 2012-2015 foi aprovado no Congresso Nacional, em sessão conjunta da Câmara e do Senado. A redação final manteve a estrutura do Projeto de Lei enviado pelo Poder Executivo e acrescentou, entre outros, alguns dispositivos concernentes à gestão do Plano, normas que o Poder Executivo já iria disciplinar no Decreto que regulamentará a Lei.

Com isso, o texto foi submetido à apreciação e sanção da Presidenta Dilma, de forma que, em 19 de janeiro de 2012, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 12.593, que institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015.

No processo de apreciação e votação do Plano, o Congresso Nacional apresentou 335 emendas ao Projeto de Lei do PPA, representando um total de 102,0 bilhões de reais no período do Plano de acordo com o banco de dados enviado pelo Congresso Nacional. Desse total, o Poder Executivo decidiu pelo veto a 19 novas Iniciativas e uma Meta.

As Iniciativas rejeitadas correspondem, sobretudo, a empreendimentos na área de infraestrutura, e a soma dos recursos previstos para essas iniciativas correspondem a um R\$ 11,5 bilhões no período do Plano. O valor total desses empreendimentos representava R\$ 35,7 bilhões enquanto que a meta vetada tinha como escopo a vinculação de despesa orçamentária para os exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015.

As razões dos vetos foram distribuídas em 5 blocos. No primeiro deles, constaram as Iniciativas com custo total inferiores ao valor de referência para individualização (total: 2 emendas). No segundo, foi incluída uma emenda cuja matéria foi identificada como estranha ao PPA. No bloco seguinte, reuniram-se as emendas contendo Iniciativas que apresentavam sobreposição com outras já existentes (total: 4 emendas). Nos dois últimos blocos, reuniram-se, respectivamente, emenda com perda do objeto (total: 1 emenda) e emendas que criavam empreendimentos que não possuem estudos prévios de viabilidade (total: 12 emendas).

c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro II - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	0802				
Denominação	Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União				
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais				
Objetivo Geral	Conduzir um processo de planejamento participativo, integrado ao orçamento e à gestão				
Objetivos Específicos	Gerir o Plano Plurianual e os orçamentos da União de forma integrada e articulada e com a participação da sociedade civil organizada, buscando a corresponsabilidade, a transparência e a melhoria da qualidade do gasto público				
Público Alvo	Governo Federal, demais esferas de governo				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
34.000.000,00	31.775.000,00	21.015.448,02	14.555.666,47	6.459.781,55	14.555.666,47
Informações sobre os resultados alcançados					
Este programa não possui indicadores, pois é do tipo Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan)

Análise crítica

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Programa 0802 - Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União - é classificado como de Apoio às Políticas Públicas e Gestão Governamental, não possuindo, dessa forma, indicadores de resultados ou outros indicadores de qualquer natureza. Apesar do contingenciamento orçamentário realizado no exercício de 2011, que limitou a dotação do Programa a R\$ 31.775.000,00, as ações nele previstas foram desenvolvidas normalmente e apresentaram, como principais resultados, os seguintes:

1. Concepção do PPA 2012-2015

No intuito de orientar a ação governamental para viabilizar a implementação das políticas públicas, foi elaborado e submetido ao Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) do Plano Plurianual (PPA) relativo ao período 2012-2015. O novo Plano (Plano Mais Brasil) possui uma estrutura inovadora que reflete uma concepção de planejamento influenciada, especialmente, pela formulação e implementação das principais agendas executadas no período recente pelo Governo Federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Bolsa Família, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Programa Minha Casa, Minha Vida e o Plano Brasil Maior, dentre outros. Outra influência importante na construção do Plano Mais Brasil deriva da interpretação que se faz da natureza do PPA, entendido como instrumento constitucional destinado a organizar e viabilizar a ação pública com vistas a cumprir os fundamentos e objetivos da República, em especial os sociais.

O novo Plano é fruto de um rico e extenso processo que partiu de uma proposta de organização do PPA em torno de um conjunto de temas considerados relevantes pelo Governo, pela sociedade, pela academia, entre outros atores importantes. Nessa nova concepção, a estrutura e a linguagem do Plano foram alteradas a fim de que ele expressasse efetivamente as políticas governamentais para os próximos quatro anos, possibilitando a gestão de sua implementação e a maximização dos resultados obtidos.

O PPA 2012-2015 foi concebido a partir da dimensão estratégica definida pelo Governo Federal e organizado à luz dos cenários econômico, social, ambiental e regional nos quais se inserem as políticas públicas. Na nova concepção, os Programas Temáticos, que respondem pela dimensão tática do PPA, possuem delimitações mais abrangentes e uniformes, dialogando, de forma mais clara, com estruturas de políticas públicas reconhecidas pelo Governo e pela sociedade.

Outra inovação no PPA é a inexistência do detalhamento das Ações, que agora constam apenas dos Orçamentos, mas com mecanismos claros de vinculação com a estrutura do Plano. A alteração visa a garantir uma distinção entre Plano e Orçamento, a fim de respeitar as diferenças estruturais entre eles, particularmente o período de tempo considerado, o enfoque insumo-produto, os níveis de agregação e as relações com unidades organizacionais. O intuito dessa mudança é fortalecer a relação de complementaridade entre os dois instrumentos, superando a superposição verificada nos planos anteriores.

Com a finalidade de criar condições para que o PPA estabeleça relações mais adequadas com todos os insumos necessários à viabilização das políticas, os Programas Temáticos estão organizados em Objetivos, que são detalhados em Metas e Iniciativas. Os Objetivos expressam as escolhas do governo para a implementação de determinada política pública, orientando taticamente a ação do Estado para a consecução das metas estabelecidas. Os Objetivos declaram os principais desafios para o País no período do Plano.

As Iniciativas são institutos derivados dos Objetivos e declaram as entregas à sociedade de bens e serviços resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras ações institucionais e normativas, da pactuação entre entes federados e entre Estado e sociedade e da integração das políticas públicas. Além dos Programas, as Iniciativas estabelecem a relação do Plano com o Orçamento na medida em que as que possuem financiamento vinculado ao Orçamento da União estão associadas às respectivas ações no Orçamento.

1.1 Oficinas de Elaboração do PPA 2012-2015

Entre os meses de abril e maio de 2011, o Ministério do Planejamento (MP) promoveu a primeira rodada de Oficinas para elaboração do PPA 2012-2015 na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Nessas reuniões foram apresentadas as razões da alteração no modelo de planejamento federal, as novas categorias de planejamento que compõem o PPA 2012-2015 e as sugestões do MP para a organização dos Programas Temáticos.

No mês de maio, foi realizada uma Oficina com integrantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, com o propósito de disseminar a nova metodologia aos outros poderes e auxiliá-los na reflexão sobre suas programações.

A segunda rodada de oficinas ocorreu um mês após as primeiras. Os diversos atores retornaram à ENAP para apresentação e debate das construções realizadas. Destaca-se que, entre as duas rodadas de oficinas, a equipe do MP esteve no dia a dia da elaboração dos Programas, Objetivos, Metas, Iniciativas e Ações Orçamentárias juntamente com os Ministérios na definição das declarações e unidades mais precisas. Dessa forma, a construção do PPA no interior do governo promoveu o intercâmbio de ideias e favoreceu a qualificação das propostas, aumentando as possibilidades efetivas de articulação das políticas e representando, da melhor forma possível, a realidade da atuação setorial. É de se destacar que foram registradas aproximadamente 4000 presenças de servidores da administração direta e indireta nas Oficinas, que constituíram um importante processo de capacitação em formulação e implementação de políticas públicas realizado pelo Governo Federal.

1.2 Pactuação com a Sociedade

O processo de elaboração do PPA 2012-2015 contou com um amplo processo participativo. O objetivo do diálogo com a sociedade e com os governos estaduais e municipais é tornar o PPA um importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão com vistas à efetividade das políticas públicas.

No âmbito do Plano Mais Brasil, o Governo adotou uma estratégia de ampliar o diálogo com a sociedade, de forma a permitir que ela apresentasse suas demandas e sugestões para a construção do documento. Nesse contexto, foi realizado, em Brasília, o Fórum Interconselhos, com a participação de 300 representantes da sociedade civil, indicados pelos conselhos nacionais, além de representantes de diversas entidades nacionais. O Fórum constituiu-se em um importante espaço de articulação social e seu principal produto foi um relatório com diversas sugestões para o aperfeiçoamento da proposta programática apresentada, documento este que foi objeto de resposta do Poder Executivo para cada sugestão ou recomendação. Os participantes do Fórum também apresentaram propostas para a construção do processo de monitoramento e avaliação participativos do novo PPA, proposta inovadora no sentido de que o diálogo com a sociedade deixaria de ser circunscrito à etapa de formulação do Plano, garantindo sua continuidade ao longo dos 4 anos de execução.

1.3 Pactuação com os Entes Federados

Para estabelecer o diálogo com os entes federados e promover a discussão da proposta do PPA 2012-2015, o Governo Federal realizou cinco diálogos federativos, um por macrorregião do País. Os diálogos federativos serviram para divulgação e ampliação do debate acerca da proposta do PPA 2012-2015. Este esforço também foi verificado com a realização de Oficinas, em parceria com a ENAP, voltadas para os técnicos das áreas de planejamento nos governos estaduais, familiarizando-os com os novos conceitos previstos no PPA Federal e criando elementos para a reformulação de

seus Planos ou um maior alinhamento de suas estruturas programáticas com a estrutura federal, respeitada a autonomia dos entes federados. Além disso, destaca-se a forte parceria empreendida ao longo de todo o ano de 2011 no âmbito do Conselho dos Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan) e que culminou com a assinatura, em setembro, de um termo de cooperação entre o MP e Conseplan, institucionalizando mecanismos de parceria e intercâmbio entre o Ministério e os Estados nas áreas de planejamento, orçamento e gestão pública.

1.4 Pactuação com os Bancos Oficiais de Crédito

Considerando a importância da participação dos agentes financeiros no financiamento das ações governamentais, foi organizada, em maio de 2011, uma reunião com os Bancos Oficiais de Crédito Federais - BB, CEF, BNDES, BASA e BNB - para a apresentação do modelo do PPA e discussão do trabalho conjunto entre MP e instituições financeiras. Com isso, organizou-se um plano de trabalho específico para consolidar as propostas de programação e de previsão de investimento com recursos da carteira própria de crédito ou de fundos por eles administrados.

2. Gestão do PPA 2008-2011

No âmbito da gestão do PPA vigente no exercício a que se refere este Relatório de Gestão, o Ministério do Planejamento elaborou documento que avalia o comportamento das principais variáveis macroeconômicas do País no período, no que tange à avaliação da dimensão estratégica do Plano. Já os Ministérios setoriais conduziram, a partir de orientações e instrumentos disponibilizados pela SPI, a avaliação em suas respectivas áreas de atuação, cabendo a eles a publicação dos respectivos Cadernos Setoriais de Avaliação, sob coordenação da SPI.

Especificamente quanto à avaliação, foi elaborado e encaminhado ao Congresso Nacional o Relatório Anual de Avaliação do PPA - ano base 2010, contemplando: a) avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; b) demonstrativo contendo, para cada programa, a execução física e orçamentária das ações orçamentárias no ano-base 2010 e anteriores, bem como as estimativas para o exercício subsequente (2011); c) demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados em 2010 e dos índices finais previstos; e avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e do cumprimento das metas, informando, quando pertinente, as medidas corretivas necessárias.

3. Participação no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

É de se destacar, também, a participação da SPI no acompanhamento dos empreendimentos integrantes do PAC, visto que a Secretaria é membro permanente das Salas de Situação e do Grupo Executivo do PAC desde sua implantação em 2007.

Em 2011, iniciou-se a execução da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que passou a abarcar novos equipamentos de infraestrutura social, como Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Unidades Básicas de Saúde (UBS), Creches e Pré-escolas, Quadras Esportivas nas Escolas e Praças dos Esportes e da Cultura no Eixo Comunidade Cidadã, intensificando a participação do Departamento de Temas Sociais e mantendo a atividade intensa do Departamento de Temas de Infraestrutura. Após participar dos processos seletivos dos entes federados para implantação desses equipamentos, a SPI trabalhou, ao longo do ano, nas salas de situação em que foram discutidas as etapas preparatórias de implementação e o andamento das obras. É também importante destacar que a elaboração do PPA 2012-2015 procurou contemplar a estrutura dos empreendimentos estratégicos do PAC, evitando riscos de incompatibilidade de desenho das estruturas programáticas bem como de duplicação de esforços de monitoramento.

FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

O esforço empreendido por toda a SPI na preparação para a elaboração do PPA 2012-2015, nos anos de 2010 e 2011, foi crucial para o amadurecimento da equipe no conhecimento das políticas públicas e para a construção das propostas de Programas Temáticos apresentadas pela Secretaria como elementos iniciais de reflexão e formulação dos programas por parte dos órgãos setoriais. Na esteira dessa bem sucedida proposta inicial, o formato e a condução das oficinas de elaboração dos programas do PPA 2012-2015 foram os principais fatores de sucesso. A metodologia promoveu um processo de aprendizagem inédito no Governo Federal e fora dele. Toda a reflexão e definição das declarações e estratégias geram uma coesão no âmbito do Governo, especialmente porque a construção exigiu solidariedade e esforço conjunto para que o documento final fosse produzido. Todos os Programas Temáticos foram objeto de extenso diagnóstico sinteticamente retratado na Mensagem que encaminhou o Plano, e as formulações finais são fruto de intensa coordenação e pactuação. É de se destacar que a forma de construção dos programas configurou-se em um inovador processo de capacitação dos órgãos, visto que as oficinas promoveram um debate sobre a relação entre formulação e implementação de políticas, a estrutura e o fluxo de informação em cada programa (indicadores), a dimensão do resultado em cada caso, a relação entre os diversos métodos e cada objeto de política pública.

II. Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro III - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	121	0802	2A39	A	4	Unidade	7	0	
04	126	0802	110K	P	1	% de execução física	30	12,46	
04	121	0802	8864	A	4	Unidade	3	0	
04	121	0802	4505	A	4	Unidade	1	1	
04	126	0802	4254	A	4	Unidade	1	1	

Fonte: Lei Orçamentária Anual de 2011 e Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan)

Análise crítica

Ação 2A39 - Avaliação de Viabilidade Técnica e Socioeconômica de Projetos

O elemento motriz do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011 é a Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA). Subordinada à CMA, conforme previsto no Decreto de Gestão do PPA 2008-2011 (Decreto nº 6.601/2008), foi instituída a Câmara Técnica de Projetos de Grande Vulto (CTPGV), que tem entre suas atribuições a manifestação sobre a viabilidade técnica e socioeconômica dos PGV.

A CTPGV conta com a participação de representantes do Ministério do Planejamento - da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), da Secretaria de Gestão (SEGES) e do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) -, do Ministério da Fazenda - da Secretaria de Políticas Econômicas (SPE) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) -, do Ministério do Meio Ambiente e do IPEA.

Para capacitar os órgãos na avaliação socioeconômica de projetos, merece destaque o Programa de Avaliação Socioeconômica de Projetos (ASP), elaborado em parceria com a ENAP, a partir de um curso que fora oferecido em parceria com o ILPES/CEPAL entre 2006 e 2009. O Programa ASP está estruturado em três etapas: i) a primeira etapa (63h), à distância, que aborda conteúdos básicos de projeto, economia e matemática financeira, com o objetivo de nivelar o conhecimento dos participantes; ii) a segunda etapa (107h), na modalidade presencial, composta por cinco módulos (Elementos de Elaboração e Avaliação de Projetos; Fundamentos da Avaliação Socioeconômica de Projetos e Fluxos de Custos e Benefícios Sociais; Avaliação de Custos e Benefícios Ambientais; Indicadores de Rentabilidade e Análise Distributiva de Custos e Benefícios Sociais; e Seleção de Projetos e Avaliação de Riscos); iii) a terceira etapa (40h), em que os alunos participam de Oficinas de Avaliação Socioeconômica de Projetos, em variados temas como Aeroportos, Defesa, Saneamento, Transporte Rodoviário e Transporte Urbano.

Em 2011, um resultado importante foi a adaptação do Programa de Avaliação Socioeconômica de Projetos, em parceria com a ENAP, com base nas sugestões apresentadas pelos participantes da turma piloto realizada em 2010. Entre essas sugestões, destaca-se a inclusão de um projeto modelo perpassando os diferentes módulos, trazendo informações e planilhas abordadas e servindo de referência para todo o processo de aprendizado. O projeto modelo serve como ponto de continuidade entre os diferentes temas e como objeto de aplicação da teoria ministrada, contribuindo substancialmente para a internalização do conhecimento pelos participantes. Desta forma, o material de todo o curso foi adaptado com essa finalidade. O curso já está sendo oferecido pela ENAP às instituições interessadas; em 2011 foi realizada uma edição especialmente para servidores do Ministério dos Transportes.

Outro resultado importante de 2011 diz respeito à conclusão do desenvolvimento de apostila de avaliação de projetos e adaptação e tradução de dois manuais específicos (Recursos Hídricos e Aeroportos), elaborados em conjunto com o ILPES/CEPAL.

Entretanto, a execução física da Ação 2A39 estava relacionada à análise de estudos de viabilidade técnica e socioeconômica (EVTE) de projetos de grande vulto (PGV), como condição prévia à execução desses projetos, desde que não fossem excepcionalizados de apresentação à Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011 (CMA), conforme o § 2º do art. 11 do Decreto nº 6.601/2008.

Em relação à meta prevista, devemos salientar que a mesma não foi atingida devido a reduzida demanda por parte dos órgãos proponentes de projetos de grande vulto. Como a maior parte dos projetos fora dispensada de apreciação pela CMA, com base no Decreto nº 6.601/2008, os estudos de viabilidade técnica e socioeconômica não foram encaminhados ao Ministério do Planejamento. Ou seja, em 2011, não foram recebidos projetos pela CMA.

A execução financeira da Ação estimada para o ano de 2011 estava relacionada à realização de capacitação, em parceria com a ENAP, de órgãos da Administração Pública Federal na avaliação socioeconômica de projetos. Conforme mencionado, após a avaliação da turma piloto oferecida em 2010, concluiu-se pela necessidade de adequar o conteúdo das apostilas em 2011, adotando-se para tal um projeto modelo que estruturasse os módulos do curso do início ao fim. O montante empenhado em junho de 2011 se refere à essa adequação. O material teórico do curso foi adequado e a fatura para pagamento dos serviços foi encaminhada pela ENAP no final de dezembro, o que impossibilitou a efetivação do pagamento ainda em 2011.

Ação 110K - Desenvolvimento do Novo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento e do SISPAC

Para efeito de análise da execução desta Ação, é importante ressaltar que parte do desenvolvimento do SIOP está sendo feita pelos próprios servidores da Secretaria, reduzindo assim a necessidade do gasto previsto.

Dentre os resultados obtidos no exercício, destacam-se:

- desenvolvimento e operacionalização do Módulo de Elaboração do PPA 2012-2015 no Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP);
- manutenção do SisPAC proporcionando a continuidade e a evolução do sistema;
- integração do SisPAC ao SIOP com a construção de serviços de comunicação para a troca de dados entre os dois sistemas.

Quanto ao gasto realizado, a não precisão entre físico e financeiro executado deve-se à defasagem de tempo entre o ateste do serviço/fatura pela área técnica, o recebimento pela área de contratos e o tratamento pela área financeira no fluxo interno e na relação com o prestador de serviços.

Os valores de realização física foram então calculados com base no valor atestado no mês dividido pelo valor total previsto do gasto.

Ação 4505 - Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual

No âmbito desta Ação, foram executadas as atividades relativas ao monitoramento e à avaliação do PPA 2008-2011 e à elaboração do PPA 2012-2015. Nesses termos, os principais resultados em 2011 foram: o subsídio e apoio a todo processo de avaliação dos programas do PPA, a cargo dos Ministérios Setoriais, bem como a avaliação dos Órgãos de Governo; a elaboração da avaliação da dimensão estratégica do PPA; e o encaminhamento do Projeto de Lei de Elaboração do PPA 2012-2015 ao Congresso Nacional.

Quanto à avaliação do PPA 2008-2011, foi elaborado e encaminhado ao Congresso Nacional o Relatório Anual de Avaliação do PPA - ano base 2010, contemplando: a) avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; b) demonstrativo contendo, para cada programa, a execução física e orçamentária das ações orçamentárias no ano-base 2010 e anteriores, bem como as estimativas para o exercício subsequente (2011); c) demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados em 2010 e dos índices finais previstos; e avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e do cumprimento das metas, informando, quando pertinente, as medidas corretivas necessárias.

No que concerne à elaboração do PPA 2012-2015, destaca-se a realização, no âmbito desta Ação, das oficinas de elaboração dos Programas Temáticos que integram o novo Plano.

Na esfera da articulação do planejamento governamental, também foram organizadas oficinas para apresentação e discussão do novo modelo do PPA com técnicos representantes de todas as Secretarias Estaduais de Planejamento.

Com o intuito de ampliar a participação social no processo de elaboração do PPA 2012-2015, foi também delineado em maio de 2011, como espaço de interação com a sociedade, o primeiro Fórum Interconselhos, de caráter consultivo, que contou com a participação de representantes dos conselhos nacionais e de entidades representativas da sociedade. Em outubro foi realizado o

segundo Fórum Interconselhos: Devolutiva e Participação Social no Monitoramento do PPA 2012-2015.

Por fim, considerando a importância da comunicação do Plano Plurianual 2012-2015, merece também destaque a disponibilização à sociedade de um guia de consulta rápida de todos os Programas Temáticos do PPA 2012-2015, contendo indicadores e exemplos de objetivos com as respectivas metas. Espera-se, por intermédio do “PPA de Bolso”, que o cidadão conheça o principal instrumento de planejamento do Governo, criando condições para que a sociedade acompanhe e contribua para o êxito do Plano.

Ação 4254 - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual

A execução da Ação 4254 foi desenvolvida sem obstáculos, viabilizando a manutenção do Sistema de Informação Gerenciais e de Planejamento do PPA (SIGPlan). A manutenção do SIGPlan é necessária para proporcionar a continuidade da operação do Sistema, de forma a suportar os processos de gestão do ciclo do PPA 2008-2011 ainda não absorvidos pelo SIOP.

Da mesma forma que ressaltado para a Ação 110K - Desenvolvimento do Novo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento e do SISPAC -, a não precisão entre físico e financeiro realizado deve-se à defasagem de tempo entre o ateste do serviço/fatura pela área técnica, o recebimento pela área de contratos e o tratamento pela área financeira.

Ação 8864 - Estudos de Apoio ao Planejamento

A finalidade desta Ação é o aperfeiçoamento de instrumentos para formulação do planejamento de médio e longo prazos, compreendendo a elaboração de estudos para fortalecimento da atividade de planejamento, mediante o desenvolvimento de metodologias para a formulação de políticas e programas, para o monitoramento e avaliação de programas e projetos, para a melhoria da gestão dos programas e para o planejamento territorial.

Os estudos que apoiaram o desenvolvimento da metodologia e do conteúdo do novo Plano Plurianual foram realizados ao longo dos anos anteriores, como o Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, as Avaliações da Dimensão Estratégica do PPA 2008-2011, os Documentos de Referência Temática, a Publicação Portal do Planejamento (Conhecimento das Políticas Públicas Organizado em Temas), entre outros.

Para o exercício de 2011, havia sido prevista a elaboração de mais 3 estudos. Entretanto, a construção do PPA 2012-2015 acabou concentrando os esforços da Secretaria, com as equipes de trabalho centradas nesta missão. Com efeito, em 19 de janeiro de 2012, foi publicada a Lei nº 12.593, instituindo o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015, como resultado deste trabalho.

Assim, a não realização dos estudos previstos para 2011 não resultou em nenhum prejuízo para a Secretaria, uma vez que o PPA 2012-2015 foi solidamente construído com base nos estudos desenvolvidos nos anos anteriores e no conhecimento acumulado até então.

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

I. Programação Orçamentária da Despesa

Quadro IV - Identificação as Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	47101	201002

Os quadros relacionados à Programação de Despesas Correntes, Programação de Despesas de Capital e o Quadro Resumo da Programação de Despesas, indicados pela Portaria TCU nº 123/2011, não se aplicam à SPI, pois a Secretaria não é Unidade Orçamentária (UO) nem possui Unidade Gestora (UGO) consolidada ou agregada que tenha registrado contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA.

O item 2.4.1 da Portaria TCU nº 123/2011 destaca que:

“NOTA: Os quadros A.2.4, A.2.5 e A.2.6 a seguir descritos somente devem ser preenchidos pelas UJ que são UO ou que tenham, entre as suas unidades consolidadas ou agregadas, Unidade Gestora (UG) na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício”.

Quadro V - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes			
			1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes	
Interna	Concedidos	114702 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública	47101.04.121.0802.4505	-	-	142.927,21
		201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	47101.04.126.0802.110K	-	-	868.663,72
		201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	47101.04.121.0802.2A39	-	-	49.560,00
		201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	47101.04.126.0802.4254	-	-	2.332.466,52
		201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	47101.04.121.0802.4505	-	-	548.932,48
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
			4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida	
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

Análise Crítica

Uma vez que a SPI não é Unidade Orçamentária (UO) e não possui em sua estrutura Unidade Gestora (UG), a movimentação orçamentária é necessária para realização de suas despesas.

Assim, observa-se que, do total de créditos concedidos - R\$ 3.942.549,93 -, a maior parte - 96,37% - foi provisionada para a UG 20103 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira, que é a unidade responsável financeira e contabilmente pelos recursos alocados para a execução das ações da SPI. Apenas R\$ 142.927,21 foram destacados para a UG 114702 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Além de ser uma entidade vinculada ao mesmo órgão a que pertence a SPI, a ENAP é um importante parceiro na realização de cursos e oficinas no âmbito das atividades da Secretaria.

No exercício de 2011, não houve recebimento de créditos orçamentários pela SPI. Também não houve movimentação externa de créditos e nem concessão de créditos para realização de despesas de capital.

II. Execução Orçamentária da Despesa

As informações sobre a Execução Orçamentária da Despesa solicitadas pela Portaria TCU nº 123/2011 estão divididas em dois conjuntos de demonstrativos, a saber:

1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ;
2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.

Ao explicar esses demonstrativos, o item 2.4.4 da Portaria TCU esclarece que:

“(...) Assim, o conjunto relacionado no item 1 somente deverá ser preenchido pelas UJ que também tenham preenchido os três (3) primeiros quadros da PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Quadros A.2.4, A.2.5 e A.2.6), enquanto o relacionado no item 2 deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos”.

Conforme mencionado neste Relatório de Gestão, os quadros relacionados à Programação de Despesas Correntes, Programação de Despesas de Capital e o Quadro Resumo da Programação de Despesas (Quadros A.2.4, A.2.5 e A.2.6) não foram preenchidos, uma vez que a SPI não é Unidade Orçamentária (UO). Portanto, os demonstrativos relacionadas no item 1 acima não devem ser preenchidos pela SPI.

Como a Secretaria não foi beneficiária de créditos recebidos por movimentação, os demonstrativos relacionados no item 2, por sua vez, também não devem ser preenchidos por esta Unidade Jurisdicionada para o exercício de 2011.

III. Indicadores Institucionais

Serão considerados os indicadores e metas de desempenho institucional elaborados em atendimento à Portaria MP nº 400, de 9 de setembro de 2010.

A Portaria em questão aprovou os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho institucional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de suas unidades,

para fins de pagamento das gratificações de desempenho existentes no âmbito do Ministério, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010.

As metas de desempenho institucional são fixadas anualmente, por unidade do Ministério, para os períodos de setembro a fevereiro e de março a agosto. As metas devem ser mensuráveis e utilizar como parâmetros indicadores de desempenho que visem a aferir os produtos e serviços relacionados à atividade finalística do Ministério.

Em consonância com as orientações da Portaria, a SPI fixou como meta global de desempenho institucional “Melhorar a Gestão do Plano Plurianual”. A meta é apurada por meio de dois indicadores, que são apresentados no quadro abaixo juntamente com os valores de referência previstos e realizados.

Quadro VI - Indicadores Institucionais

Indicador 1: Estudos de Apoio ao Planejamento Elaborados no Período		
Fórmula de Cálculo: (Quantidade de temas com desafios elaborados no período / N° total de temas) x 100		
Unidade de medida: percentual	Periodicidade: semestral	Fonte: Diretoria de Planejamento
Valor de Referência: sem histórico anterior		Apurado em: 03/2011
SET2010/FEV2011		
Previsto		Realizado
90%		100%
Indicador 2: Estudos de Apoio ao Planejamento Revisados no Período		
Fórmula de Cálculo: (Quantidade de documentos de referência revisados no período / N° total de documentos de referência temática) x 100		
Unidade de medida: percentual	Periodicidade: semestral	Fonte: Diretoria de Temas Sociais
Valor de Referência: sem histórico anterior		Apurado em: 09/2011
MAR2011/AGO/2011		
Previsto		Realizado
90%		100%

Os indicadores em questão procuram medir produtos desenvolvidos pela Secretaria que contribuem diretamente para o alcance da meta global de desempenho institucional. Cumpre salientar que a produção da SPI no desempenho de suas atribuições regimentais é bastante ampla, envolvendo a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual; a produção de manuais, orientações e normas; a participação em fóruns, comitês e conselhos; dentre diversos outros trabalhos. Entretanto, os indicadores selecionados buscaram mensurar, ainda que de forma incompleta, os esforços empreendidos no aperfeiçoamento do modelo e na construção do Plano Plurianual 2012-2015, que foi a atividade central da Secretaria no período de apuração dos indicadores.

O novo Plano Plurianual é fortemente voltado ao tratamento dos componentes que viabilizem a política pública e evidenciem seus resultados, revelando os diagnósticos, as escolhas, as prioridades e os elementos necessários à construção de um ambiente institucional propício à implementação das agendas governamentais. Como base para o desenvolvimento dos 65 Programas Temáticos que integram o PPA 2012-2015, a SPI buscou acumular conhecimento nos diversos temas de políticas públicas, principalmente pelo desenvolvimento e revisão dos Documentos de Referência Temática.

Os Programas Temáticos se desdobram em Objetivos (com Metas associadas) e Iniciativas. O conteúdo desses atributos foi fortemente auxiliado pelo conjunto de desafios elaborados para cada tema de política pública. Os desafios procuraram expressar o que deveria ser feito em cada política pública para a construção de uma realidade almejada que dialogasse com os objetivos de governo e as agendas prioritárias para o País.

Assim, o primeiro indicador objetivou medir a produção dos desafios, sendo calculado pela razão entre a quantidade de temas que tiveram desafios elaborados no período e o número total de temas, com o resultado expresso em percentual.

O segundo indicador, por sua vez, procurou retratar a revisão dos Documentos de Referência Temática, sendo expresso pela razão entre a quantidade de temas cujos documentos foram revisados no período e o número total de temas. O resultado desta proporção também é dado na forma de porcentagem.

Observa-se que os dois indicadores atendem aos requisitos de mensurabilidade e utilidade, pois são de fácil aferição e permitiram à direção da SPI tomar decisões relacionadas ao trabalho da Secretaria na confecção de seus produtos.

Finalmente, vale a pena observar que, na aferição apresentada no Quadro VI, a SPI superou as metas estipuladas para os períodos em análise.

5. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os quadros abaixo apresentam as informações sobre Restos a Pagar de Exercícios Anteriores. A primeira planilha traz os saldos de todas as ações que compõem o Programa 0802 - Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União e serve de base para a elaboração dos outros dois. O segundo quadro apresenta os saldos totais do Programa 0802 e o terceiro mostra os valores referentes apenas às ações sob responsabilidade da SPI.

Quadro VII - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores das ações do Programa 0802

Valores em R\$ 1,00

Ano	Ação	Restos a Pagar Processados			Restos a Pagar não Processados				
		Inscritos	Cancelados	Pagos	Inscritos	Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	8785					207.469,81		207.469,81	
	8863					34.455,05	-3,98	1.369,97	33.081,10
2010	110K				319.856,66			11.202,72	308.653,94
	11W0				252.630,00			252.630,00	
	2A39				107.067,08				107.067,08
	4254				825.685,41			481.764,01	343.921,40
	4505				205.717,08		-191.179,12	3.732,94	10.805,02
	8861				361.161,21		-116.101,91	53.956,76	191.102,54
	8863	26.515,00	-7.450,00	19.065,00	5.916.398,56		-59.037,63	5.377.887,31	479.473,62
	8864				463.922,09			59.870,00	404.052,09

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

Quadro VIII - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores do Programa 0802

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	26.515,00	7.450,00	19.065,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	8.452.438,09	366.318,66	6.241.043,74	1.845.075,69
2009	241.924,86	3,98	208.839,78	33.081,10
Observações: saldos referentes ao Programa 0802				

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

Quadro IX - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores das ações sob responsabilidade da UJ

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.922.248,32	191.179,12	556.569,67	1.174.499,53

2009	0,00	0,00	0,00	0,00
Observações: saldos referentes às ações sob responsabilidade da SPI				

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

Análise Crítica

A execução do orçamento de 2010 gerou uma inscrição de R\$ 8.478.953,09 em restos a pagar no âmbito do Programa 0802, equivalente a 38% dos recursos empenhados naquele exercício. Deste total, R\$ 1.922.248,32 foram inscritos em ações sob responsabilidade da SPI, o que representa 23% do total inscrito no Programa em 2010.

Dos R\$ 1.922.248,32 inscritos, permaneceu um saldo a pagar de R\$ 1.174.499,53 ao final do exercício de 2011. Isso se deve, em parte, ao fato de ter sido inscrito em RAP um valor maior que o atestado pela SPI em 2010, o que ensejará o cancelamento de parte do saldo. Há, também, uma certa defasagem entre o recebimento do serviço pela área técnica e tratamento das faturas pela área financeira.

Não houve reinscrição de restos a pagar de 2009 nem de anos anteriores nas ações coordenadas pela SPI.

Infere-se que o pagamento de RAP de exercícios anteriores não afetou a gestão financeira do Programa 0802 no exercício de 2011, uma vez que não foram empenhados R\$ 10.759.551,98 da dotação final disponibilizada para o Programa em 2011.

Entretanto, o fato de se ter executado saldos orçamentários de exercícios anteriores em 2011 pode ter afetado a gestão operacional do orçamento corrente, pois o Programa registrou uma inscrição de R\$ 6.459.781,55 em restos a pagar não processados provenientes do orçamento de 2011.

6. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

a) Composição do quadro de servidores ativos

Quadro X - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada ⁽¹⁾	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	0	127	56	30
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	1	2	2
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	126	54	28
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	121	53	20
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	5	1	8
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	0	127	56	30

Observações:

- quadro referente aos servidores que efetivamente desempenham suas atividades na UJ (força de trabalho)

- (1) não existe ato que define a Lotação Autorizada

Fonte: dados fornecidos pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) do MP e tabulados pelo Apoio da SPI

Quadro XI - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	36
1.1. Exercício de Cargo em Comissão ⁽¹⁾	-
1.2. Exercício de Função de Confiança ⁽¹⁾	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis) ⁽¹⁾	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	3
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	3
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5) ⁽¹⁾	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	1
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	4
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	4
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	48

Observação: (1) não há fonte de dados para essas informações

Fonte: dados fornecidos pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) do MP e tabulados pelo Apoio da SPI

Quadro XII - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	57	50	5	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	- ⁽¹⁾	- ⁽¹⁾
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	2	- ⁽¹⁾
1.2.4. Sem vínculo	-	-	3	- ⁽¹⁾
1.2.5. Aposentados	-	-	0	0
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	NÃO HÁ FG	NÃO HÁ FG	NÃO HÁ FG	NÃO HÁ FG
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	NÃO HÁ FG	NÃO HÁ FG	NÃO HÁ FG	NÃO HÁ FG
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	NÃO HÁ FG	NÃO HÁ FG	NÃO HÁ FG	NÃO HÁ FG
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	57	50	5	-

Observação: (1) não há fonte de dados para essas informações

Fonte: dados fornecidos pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) do MP e tabulados pelo Apoio da SPI

Quadro XIII - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	126	150	67	46	14
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	8	20	12	8	2
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	134	170	79	54	16

Observações:

- quadro referente a todos os servidores que possuem vínculo com a UJ, mesmo estando em exercício descentralizado em outros órgãos

- faltam 9 pessoas com GR e 1 estagiário, o que totalizaria 463 pessoas

Fonte: dados fornecidos pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) do MP e tabulados pelo Apoio da SPI

Quadro XIV - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	4	373 ⁽¹⁾	21	5	
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	5	41	0	2	2
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	9	414	0	23	7

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo

grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Observações:

- quadro referente a todos os servidores que possuem vínculo com a UJ, mesmo estando em exercício descentralizado em outros órgãos

- 9 pessoas com GR (5 com 2º grau e 4 com superior completo) e 1 estagiário (2º grau), totalizando 463 pessoas

- (1) não há fonte de dados para essas informações

Fonte: dados fornecidos pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) do MP e tabulados pelo Apoio da SPI

b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Em consonância com o item 5.2 da Portaria TCU nº 123/2011, a composição do quadro de servidores inativos e pensionistas da Unidade Jurisdicionada somente deverá ser preenchida por aquelas que detenham, entre as suas unidades administrativas, a unidade responsável pela gestão do cadastro de servidores inativos e pensionistas.

No âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a unidade com tal responsabilidade pertence à estrutura da Secretaria-Executiva, pelo que as informações referentes a servidores inativos e pensionistas constarão do processo de prestação de contas da Secretaria-Executiva do MP.

c) Composição do quadro de estagiários

Quadro XV - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	0	0	0	0	
1.1 Área Fim	0	0	0	0	
1.2 Área Meio	0	0	0	0	
2. Nível Médio	1	1	1	2	
2.1 Área Fim	1	1	1	1	
2.2 Área Meio	0	0	0	1	
3. Total (1+2)	1	1	1	2	9.418,93

Fonte: Apoio da SPI

d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro XVI - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2011	37.603.775,01	45.927,19	20.009.781,82	1.524.385,66	1.614.359,09	428.759,55	-54.920,80	-	677,54	61.172.745,06
2010	26.547.826,66	1.764.353,93	7.330.244,64	716.964,24	1.182.586,81	136.209,05	31.515,26	-	-	37.709.700,59
2009	17.836.463,66	1.690.065,30	3.324.333,76	513.205,09	285.547,78	149.880,92	2.055,40	-	-	23.801.551,91

Servidores com Contratos Temporários										
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
2011	6.950.070,95	2.021,02	923.630,28	190.837,63	130.841,41	36.151,76	0	-	5.651,90	8.239.204,95
2010	4.702.133,94	41.783,89	762.922,45	118.474,13	94.542,16	84.071,89	4.000,00	-	-	5.807.928,46
2009	4.050.039,06	76.026,76	693.027,20	125.131,15	46.718,06	77.971,05	1.857,40	-	-	5.070.770,68
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2011	369.387,98	2.162,18	31.451,33	6.904,74	17.635,23	4.389,00	0	0	0	431.930,46
2010	38.490,64	218.576,70	25.033,57	6.271,53	11.156,85	-	-	-	-	299.529,29
2009	35.287,81	282.591,96	37.549,27	6.507,92	6.155,62	-	-	-	-	368.092,58
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
2011	263.913,22	87,65	61.364,90	7.045,06	6.577,45	2.861,00	0	0	0	341.849,28
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Requisitados sem cargo em comissão (leis específicas)										
2011	0	0	4.792,37	7.452,91	1.520,00	400,00	-481,20	0	0	13.684,08
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: 2009 e 2010 - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) do MP
2011 - dados fornecidos pela COGEP e tabulados pelo Apoio da SPI

e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

As informações sobre a terceirização de mão de obra no âmbito da SPI são tratadas considerando os quatro quadros a seguir. O primeiro trata da quantificação de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos do MP; o segundo trata da relação dos empregados terceirizados substituídos; o terceiro trata dos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva do MP; e o último trata da locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do MP.

Quadro XVII - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos do MP

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Assistente Técnico-Administrativo	3	3	3	0	0
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Os postos terceirizados em questão prestam serviços meramente de suporte operacional, na área de protocolo e apoio administrativo. Como a descrição das atribuições do cargo de Assistente Técnico-Administrativo é muito genérica, uma interpretação de tal descrição poderia englobar também essas atividades de suporte operacional. Entretanto, avalia-se que não há qualquer prejuízo para o órgão, uma vez que, além de operacional, a prestação desses serviços é supervisionada por servidores de carreira da área administrativa.					

Fonte: Apoio da SPI

Quadro XVIII - Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
Não houve empregado terceirizado substituído nesta UJ no exercício de 2011		

Fonte: Apoio da SPI

Quadro XIX - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante																	
Nome: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA)																	
UG/Gestão: 201004						CNPJ: 00.489.829/0003-17											
Informações sobre os contratos																	
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.				
					Início	Fim	F		M		S						
							P	C	P	C	P	C					
2011	L	O	17	Planalto Service Ltda (02.843.359/0001-56)	13/05/11	12/05/12											A
2009	V	O	65	Santa Helena Vigilância (38.019.733/0001-40)	01/10/09	30/09/12			63	65							P

Observações:
 1) o contrato com a Santa Helena foi celebrado pela SPOA para o MP;
 2) o contrato com a Planalto foi celebrado pela SPOA para o MP e são contratados M² (metros quadrados) e não postos de serviço. Por isso, não tem como mensurar exatamente quantos postos de serviço tem no MP.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Contratos (CGCON) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Quadro XX - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante																	
Nome: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA)																	
UG/Gestão: 201004						CNPJ: 00.489.828/0003-17											
Informações sobre os contratos																	
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.				
					Início	Fim	F		M		S						
							P	C	P	C	P	C					
2009	13	O	69	MA Resende Costa (04.387.843/0001-43)	17/11/09	16/11/12			90	90							P
2009	13	O	05	AJ Serviços	02/01/09	01/01/12	99	99									P

				(02.633.573/0001-88)															
2010	6	O	72	WR Comercial de Alimentos e Serviços (06.091.637/0001-17)	05/11/10	04/11/12	101	101											P
2009	11	O	76	Delta Engenharia Indústria e Comércio Ltda (00.077.362/0001-80)	01/01/10	31/12/12					55	55	3	3					P
2010	12	O	56	Santa Helena Urbanização e Obra (00.32.227/0001-19)	02/08/10	01/08/12					31	31							P

Observações:

- 1) o contrato com a MA Resende Costa foi celebrado pela SPOA para o MP, e estão alocados postos de serviço de Secretariado na SPI;
- 2) o contrato com a AJ Serviços foi celebrado com a SPOA para o MP, e estão alocados postos de serviço de Auxiliar de Apoio Administrativo na SPI;
- 3) o contrato com a WR Comercial foi celebrado com a SPOA para o MP, e os funcionários ficam alocados por andar;
- 4) o contrato com a Delta Engenharia foi celebrado pela SPOA, e os funcionários ficam alocados por bloco, nos Blocos “C” e “K” e no prédio da “SOF”;
- 5) o contrato com a Santa Helena Urbanização foi celebrado com a SPOA para o MP, e foram contratados postos de serviço compostos por um determinado número de brigadistas.

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Contratos (CGCON) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

A Secretaria não é responsável pela área de recursos humanos, nem tem Unidade Jurisdicionada consolidada com essa responsabilidade, não possuindo indicadores gerenciais sobre recursos humanos. No Ministério do Planejamento, a área de recursos humanos é a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP), unidade pertencente à estrutura da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA).

Isso posto, em conformidade com o item 5.6 da Portaria TCU nº 123/2011, a SPI não tem indicadores para serem apresentados nessa seção do Relatório de Gestão.

Entretanto, a Secretaria monitora permanentemente a força de trabalho de que dispõe para realização de suas atividades. Seu corpo técnico é composto principalmente por servidores da carreira de Analista de Planejamento e Orçamento e de Analista de Infraestrutura. A SPI também possui Analistas Técnico-Administrativos e Agentes Administrativos, atuando principalmente na área de Apoio Administrativo. A unidade conta, ainda, com servidores requisitados de outras carreiras, como Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

7. INFORMAÇÕES SOBRE A ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Quadro XXI - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Entregaram a autorização de acesso	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Entregaram a autorização de acesso	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	59	3	59
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Entregaram a autorização de acesso	59	3	59
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

O art. 1º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, torna obrigatória a apresentação da declaração de bens e rendas, no momento da entrada e da saída do cargo, bem como no final de cada exercício financeiro, de todos que exerçam cargos, empregos ou funções de confiança em qualquer dos Poderes da União.

Segundo informações da Coordenação de Acompanhamento Funcional e Pagamento (COAFP) da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP), a situação desta Unidade Jurisdicionada está regular, por constar nos arquivos da COAFP a autorização para acesso à declaração dos ocupantes de cargo em comissão da SPI.

A autorização supramencionada permite o acesso às declarações anuais apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as respectivas retificações, suprimindo a necessidade da entrega da declaração em papel.

8. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

Quadro XXII - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: as afirmativas constantes do quadro foram analisadas pela Direção da SPI.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ

Quadro XXIII - Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da SPI como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a SPI.				X	
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
	13 servidores da carreira de Analista de Planejamento e Orçamento				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.				X	
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da SPI.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na SPI segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela SPI é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria SPI.					
	Estimam-se 80% correspondentes a serviços desenvolvidos na SOF, na SLTI e prestados pelo SERPRO				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para SPI e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da SPI.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da SPI, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da SPI.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da SPI, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da SPI.					

10. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DA CGU

Quadro XXIV - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	014.899/2009-2	117/2011 - TCU - Plenário	9.1.1	DE	Ofício nº 7/2011 - TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. determinar ao Comitê Gestor do PPA que:</p> <p>9.1.1. nos termos do art. 4º do Decreto nº 6.601/2008, apresente, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação contendo medidas visando ao fortalecimento da gestão para resultados, observando os princípios da eficiência, eficácia e da efetividade da ação governamental, com base nos indicadores e metas do PPA</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Síntese da providência adotada:					
<p>- O Comitê de Gestão do PPA (CGPPA) reuniu-se em 26 de abril de 2011 para compreender detalhes do Acórdão nº 117/2011. Na oportunidade, o colegiado autorizou que a SPI, na condição de Secretaria-Executiva do CGPPA, enviasse a devida resposta ao TCU, em nome do Comitê. Nesses termos, a SPI informou que todo o arranjo pensado para a elaboração do PPA 2012-2015 se constituía no plano de ação desejado, o qual poderia ser materializado no documento Orientações para Elaboração do PPA 2012-2015 e no calendário das oficinas para elaboração dos programas, com as respectivas metas e indicadores. Ato contínuo, toda a documentação relativa à elaboração do PPA 2012-2015 foi encaminhada ao TCU.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>- Disponibilização do documento Orientações para Elaboração do PPA 2012-2015.</p> <p>- Organização de Calendário de Oficinas para Elaboração do PPA 2012-2015 com os órgãos da Administração Pública Federal.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>A aproximação com as áreas finalísticas dos diversos ministérios contribuiu para qualificar o planejamento e, conseqüentemente, diminuir diversas inconsistências associadas à programação no Plano.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	014.899/2009-2	117/2011 - TCU - Plenário	9.1.2	DE	Ofício nº 7/2011 - TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos		2033
Descrição da Deliberação:		
9.1. determinar ao Comitê Gestor do PPA que:		
9.1.2. encaminhe a este Tribunal, no prazo de seis meses, os principais resultados do processo de monitoramento estratégico do PPA, desenvolvido nos termos do inciso II, do art. 4º, do Decreto nº 6.601/2008, identificando eventuais problemas nas etapas de planejamento, avaliação e monitoramento dos programas do Governo Federal, bem como as medidas necessárias ao seu equacionamento		
Providências Adotadas		
Sector responsável pela implementação		Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos		2033
Síntese da providência adotada:		
- No tocante ao CGPPA, o principal instrumento para monitoramento estratégico é o Relatório de Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA, elaborado pela SPI. As duas últimas avaliações da estratégia de desenvolvimento foram encaminhadas ao TCU.		
Síntese dos resultados obtidos		
- Envio ao Tribunal das duas últimas publicações contendo a Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	014.899/2009-2	117/2011 - TCU - Plenário	9.2	RE	Ofício nº 7/2011 - TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
9.2. recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com base no § 3º, do art. 1º, do Decreto nº 6.601/2008, que proveja os meios necessários para capacitação de servidores envolvidos com a elaboração de programas e indicadores em todas as áreas temáticas do PPA 2008/2011 até o último dia do plano					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Síntese da providência adotada:					
- Todo o processo de elaboração do PPA 2012-2015 configurou intensa capacitação de servidores para qualificar a gestão por resultados, em especial a elaboração de programas e, particularmente, as metas e indicadores que constam do novo Plano. Especificamente, as oficinas de elaboração dos programas do PPA constituíram um importante processo de capacitação e formulação de políticas públicas no âmbito do Governo Federal, promovendo o intercâmbio de ideias e aumentando as possibilidades efetivas de articulação das políticas.					
- Ainda no que concerne à capacitação de servidores, cabe ressaltar a elaboração e disponibilização, por parte da SPI, do documento intitulado Orientações para Elaboração do Plano Plurianual, com o objetivo de subsidiar os atores envolvidos na elaboração dos programas do novo PPA.					
- Com relação aos indicadores, a SPI lançou, em 2010, um Guia Metodológico de Elaboração de Indicadores. O objetivo do trabalho foi orientar a Administração Pública, em todas as esferas, na construção e utilização de medidas de desempenho.					
- Em 2010, a SPI também fez um trabalho de mapeamento da qualidade dos indicadores do PPA, com foco nas condições de apuração. Em decorrência do trabalho, houve uma interação com os órgãos setoriais que resultou na melhoria da qualidade dos dados associados aos indicadores e na exclusão de outros avaliados como inadequados.					

Síntese dos resultados obtidos
- Elaboração e disponibilização do documento Orientações para Elaboração do Plano Plurianual 2012-2015. - Realização das Oficinas de Elaboração dos Programas do PPA 2012-2015. - Elaboração e disseminação de Guia Metodológico de Elaboração de Indicadores.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
- Diversos fatores, além da qualificação, influenciam na baixa qualidade dos indicadores. Na prática, a complexidade que envolve o ambiente no qual as políticas são implementadas (relação entre problemas, conflitos de competência, formas de implementação, relação entre os atores etc.) e a separação entre formulação e implementação criaram dificuldades para que as informações fossem passíveis de monitoramento diante de indicadores efetivamente apurados e coerentes com o programa. Para além desses limites, a melhor forma encontrada para capacitar os servidores envolvidos foi por meio de reuniões em que se debatiam as informações disponíveis em cada caso e pela associação das informações (indicadores) aos programas que fornecessem bases de comparação que pudessem revelar a evolução da situação em cada programa. Por isso argumenta-se que a forma de concepção dos programas foi um importante evento de capacitação na produção e utilização de informações para a tomada de decisão, exercício cujos resultados estão consubstanciados no Plano Plurianual 2012-2015.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	014.899/2009-2	117/2011 - TCU - Plenário	9.3	DE	Ofício nº 7/2011 - TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
9.3. determinar à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI que, em articulação com a ENAP, encaminhe a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, cronograma de capacitação de servidores envolvidos com a capacitação de programas e indicadores em todas as áreas temáticas do PPA 2008-2011					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Síntese da providência adotada:					
- Envio ao TCU do cronograma de realização das Oficinas de Elaboração do PPA 2012-2015, pactuado junto à ENAP.					
Síntese dos resultados obtidos					
- Oficinas de Elaboração do PPA 2012-2015 realizadas, com a participação de quase 4.000 pessoas aos encontros.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A disponibilidade da ENAP em atender à SPI favoreceu a realização das oficinas que constituíram um importante instrumento de capacitação da Administração Pública Federal.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

5	014.899/2009-2	117/2011 - TCU - Plenário	9.4.1	RE	Ofício nº 7/2011 - TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
9.4. recomendar à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos que:					
9.4.1 estabeleça estratégia de divulgação e envolvimento dos órgãos setoriais no processo de capacitação					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Síntese da providência adotada:					
- Todos os órgãos envolvidos com o PPA foram convidados - e efetivamente participaram - do processo de elaboração do novo Plano Plurianual. No processo, foram realizadas duas rodadas de oficinas de elaboração de programas (2 para cada Programa Temático). Entre as duas rodadas de oficinas, houve um intervalo de cerca de 1 mês para os órgãos produzirem suas propostas de programas. Durante esse intervalo, a SPI esteve sempre disponível junto aos órgãos para sanar eventuais dúvidas sobre o novo modelo e contribuir para a elaboração dos programas.					
Síntese dos resultados obtidos					
- Participação efetiva dos órgãos executores no processo de elaboração do PPA 2012-2015.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A escolha pelo tipo de capacitação classificado como "on the job" foi uma inovação no âmbito da elaboração do Plano Plurianual e apresentou excelentes resultados representados pelo conjunto dos 65 Programas Temáticos.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	014.899/2009-2	117/2011 - TCU - Plenário	9.4.2	RE	Ofício nº 7/2011 - TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
9.4. recomendar à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos que:					
9.4.2 adote as providências cabíveis no sentido de garantir a implantação das mudanças reconhecidas como necessárias em razão da aplicação da metodologia do modelo lógico nos programas do PPA					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Síntese da providência adotada:					
- Várias recomendações do Tribunal já eram adotadas visto que as oficinas de modelo lógico que ocorreram até 2009 eram flexíveis e definidas com a participação do órgão que solicitava a oficina.					
- Entretanto, a elaboração do PPA 2012-2015 possibilitou a criação de novos programas mais abrangentes, mais unifromes entre si e aderentes aos recortes de políticas públicas. Sendo assim, entende-se que o processo de elaboração do novo Plano garantiu as condições necessárias para a promoção das mudanças reconhecidas como necessárias na programação.					
Síntese dos resultados obtidos					
- Elaboração do PPA 2012-2015 com programas mais abrangentes e aderentes aos recortes de políticas públicas do Governo Federal.					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A flexibilidade do método, a indução à utilização do conhecimento sobre o atual estágio de desenvolvimento do País e sobre a própria maturidade de cada política.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	014.899/2009-2	117/2011 - TCU - Plenário	9.4.3	RE	Ofício nº 7/2011 - TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
9.4. recomendar à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos que: 9.4.3 oriente e dê efetivo suporte para que os órgãos setoriais definam ou redefinam programas com base nos objetivos estratégicos, setoriais e governamentais e, como ação concreta, faça constar do Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento do Governo Federal - SigPlan, de forma ordenada e relacionada ao atual modelo legal de gestão, os indicadores referentes aos objetivos governamentais e aos objetivos setoriais, de modo que se possa dar transparência ao desempenho não somente dos programas, mas dos objetivos estratégicos correlacionados					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Síntese da providência adotada:					
- A orientação aos órgãos para a redefinição dos programas foi realizada no âmbito do processo de elaboração do PPA 2012-2015, sem prejuízo do suporte à avaliação do PPA 2008-2011. Quanto aos indicadores de objetivos de governo e de objetivos setoriais, registre-se que as avaliações são o principal instrumento de publicização dos resultados do PPA. Nesses termos, a SPI produziu a Avaliação da Dimensão Estratégica do Plano e, inclusive, encaminhou o resultado ao TCU, com informações do que se pode considerar como indicadores dos objetivos de governo. No mesmo sentido, consta do processo de avaliação setorial do PPA 2008-2011, instrumentalizado por meio do SigPlan, um espaço para que os responsáveis pela avaliação setorial associem os resultados dos programas aos objetivos setoriais. Nesse espaço, os responsáveis pelos objetivos setoriais têm a liberdade de citar os resultados associados à atuação do órgão e, se entenderem que é adequado fazer referência específica aos indicadores, há liberdade para fazê-lo. Ato contínuo, a avaliação deve ser publicada no sítio do respectivo órgão na Internet.					
Síntese dos resultados obtidos					
- Orientação aos órgãos para redefinição de programas realizada no âmbito do processo de elaboração do PPA 2012-2015. - Quanto aos indicadores de objetivos de governo: realização da Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA 2008-2011 por parte da SPI - e publicação dos resultados - contendo informações relacionadas aos objetivos de governo. - Quanto aos indicadores de objetivos setoriais: disponibilização de “campo” no SigPlan para que os responsáveis pela avaliação setorial do PPA 2008-2011 associem os resultados dos programas aos objetivos setoriais. Nesse espaço, os responsáveis têm a liberdade de fazer referência específica aos indicadores, caso julguem pertinente.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos	2033

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	014.899/2009-2	117/2011 - TCU - Plenário	9.4.4	RE	Ofício nº 7/2011 - TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
9.4. recomendar à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos que: 9.4.4 estabeleça ações direcionadas à solução ou mitigação dos problemas relacionados aos indicadores eliminados em razão da ausência de preenchimento e de coerência mínima entre seus atributos, bem assim àqueles que apresentaram valores de Sensibilidade (S) negativos, ou, quando positivos, baixos ou insignificantes					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Síntese da providência adotada:					
- A SPI mapeou a qualidade dos indicadores do PPA, com foco nas condições de apuração e, em decorrência do trabalho, promoveu uma interação com os órgãos setoriais que resultou na melhoria da qualidade dos dados associados aos indicadores e na exclusão de outros indicadores que os órgãos avaliaram como inadequados. Nesses termos, avalia-se que a SPI fez e continuará fazendo gestões junto aos órgãos de modo a qualificar as informações dos indicadores.					
Síntese dos resultados obtidos					
- Mapeamento da qualidade dos indicadores do PPA 2008-2011. - Melhoria da qualidade dos dados associados aos indicadores e exclusão daqueles considerados inadequados. - Elaboração do Plano Plurianual 2012-2015, no qual houve avanços na adequação dos indicadores.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Identificação dos limites associados à produção de indicadores de resultado para avaliação do desempenho do Poder Executivo, em diversas áreas.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	014.899/2009-2	117/2011 - TCU - Plenário	9.4.5	RE	Ofício nº 7/2011 - TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
9.4. recomendar à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos que: 9.4.5. adote providências necessárias à operacionalização do módulo de monitoramento do Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento - SisPAC, de forma que se dê cumprimento aos objetivos traçados para o Sistema, notadamente em relação ao monitoramento e à avaliação dos resultados de execução do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Síntese da providência adotada:					

- Considerando que este Acórdão retoma a recomendação do Acórdão 617/2010 - TCU - Plenário, destacam-se as ações de 2010 e 2011.
- Em 2010 foi publicada pelo Gabinete do Ministro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a Portaria nº 408, de 22 de setembro de 2010, que estabeleceu requisitos, critérios e condições diferenciadas para o monitoramento de empreendimentos cadastrados no âmbito do Sistema de Monitoramento do PAC (SisPAC). Os órgãos foram comunicados da abertura do módulo de monitoramento e dos critérios relativos à Portaria MP nº 408 através de Ofício encaminhado aos secretários executivos.
- Em 2011 a SPI renovou o comunicado através de novo Ofício encaminhado aos Secretários Executivos.

Síntese dos resultados obtidos

- Informativo oficial sobre a disponibilidade do módulo de monitoramento no SisPAC.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A alimentação do módulo de monitoramento do SisPAC requer, além da normatização citada, uma análise da capacidade de obtenção das informações pelos órgãos executores bem como a não redundância com outros sistemas de monitoramento que podem acarretar baixa produtividade/eficiência dos coordenadores.

O Acórdão nº117/2011 - TCU - Plenário faz referência ao monitoramento de 3 recomendações presentes no Acórdão nº 102/2009 - TCU - Plenário, itens 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, que serão abordados nos quadros de ordem 10, 11 e 12 a seguir.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	029.094/2008-0	102/2009 - TCU - Plenário	9.1.2	RE	Ofício nº 49/2009 - TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
9.1. recomendar à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:					
9.1.2 esclareça aos órgãos setoriais qual é o verdadeiro papel do SigPlan como instrumento do Órgão Central de Planejamento do Governo Federal de apoio ao sistema de monitoramento e avaliação					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Síntese da providência adotada:					
- Publicação, no dia 03 de maio de 2011, de nota de esclarecimento no próprio sítio do SigPlan sobre a função e os limites do Sistema, a utilidade dos registros para viabilizar a coleta e a difusão de informações para a coordenação de governo, entre outras informações. O aviso pode ser acessado no sítio do SigPlan na Internet, no endereço eletrônico www.sigplan.gov.br .					
Síntese dos resultados obtidos					
- Publicação de esclarecimento no próprio Sítio do SigPlan sobre as funções e os limites do Sistema, a utilidade dos registros para viabilizar a coleta e a difusão de informações para a coordenação de governo, entre outras informações. Tal publicação pode ser acessada no endereço www.sigplan.gov.br .					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
- Muitas vezes os elementos da programação objeto de monitoramento no SigPlan diferem dos resultados com os quais as áreas finalísticas dos órgãos trabalham, pois os produtos das ações constantes do PPA 2008-2011 estão condicionados pela organização do orçamento, que nem sempre são suficientes frente às necessidades de informações					

para gestão das políticas no âmbito do Plano.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	029.094/2008-0	102/2009 - TCU - Plenário	9.1.3	RE	Ofício nº 49/2009 - TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
9.1. recomendar à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:					
9.1.3 informe aos órgãos setoriais os benefícios advindos da utilização de InfraSIGs para sua própria gestão e para a comunicação com o SigPlan e dê publicidade às boas experiências, como é o caso do Simec do Ministério da Educação					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Síntese da providência adotada:					
- Publicação, no dia 03 de maio de 2011, de nota de esclarecimento no sítio do SigPlan tratando da importância da utilização do SigPlan e/ou de sistemas de informações gerenciais pelos ministérios (InfraSIGs). O aviso pode ser acessado no sítio do SigPlan na Internet, no endereço eletrônico www.sigplan.gov.br .					
Síntese dos resultados obtidos					
- Publicação de esclarecimento no sítio do SigPlan sobre a importância da utilização do Sistema (SigPlan) e/ou de sistemas de informações gerenciais pelos ministérios (InfraSIGs). A nota de esclarecimento pode ser acessada no sítio www.sigplan.gov.br .					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	029.094/2008-0	102/2009 - TCU - Plenário	9.1.4	RE	Ofício nº 49/2009 - TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
9.1. recomendar à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:					
9.1.4 insira no Manual de Elaboração de Programas do PPA metodologia detalhada de elaboração de indicadores que sejam aferíveis, coerentes, sensíveis e apuráveis e que contenham metas coerentes com os objetivos dos programas					

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos	2033
Síntese da providência adotada:	
- A SPI lançou, em 2010, um Guia Metodológico de Elaboração de Indicadores. O objetivo do trabalho foi orientar a Administração Pública, em todas as esferas, na construção e utilização de medidas de desempenho. Após o lançamento e divulgação do Guia, a SPI ministrou diversas palestras em órgãos da Administração Pública Federal, em alguns Estados, em entidades representativas como o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan) e em outras instituições, no sentido de disseminar os conceitos e, conseqüentemente, ampliar o conhecimento dos servidores envolvidos com a produção de informações, o monitoramento e a avaliação das políticas. Entende-se que, apesar de não estar contido no interior do Manual de Elaboração de Programas, o Guia atende à recomendação em análise.	
Síntese dos resultados obtidos	
- Publicação e divulgação do Guia Metodológico de Elaboração de Indicadores.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	TC 016.775/2010-4	2741/2010	9.4	RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Defesa Agropecuária					757
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos					2033
Descrição da Deliberação:					
9. Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos da fiscalização autorizada pelo Acórdão nº 1.996/2009-Plenário, em que foi realizado levantamento de auditoria, com vistas a verificar os processos de análise e aprovação de projetos e respectivos sistemas de acompanhamento no âmbito do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul - Focem, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.4. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar às Secretarias de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, esta última na qualidade de UTNF, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias de cumprimento ao disposto nas normas regulamentadoras do FOCEM e do Convênio PAMA, quanto à necessidade de realização de auditorias interna e externa independente sobre o Programa de Ação Mercosul Livre de Febre Aftosa (conforme itens 95 e 96 do relatório de auditoria).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Temas Econômicos e Especiais					14416
Síntese da providência adotada:					
No que concerne à auditoria interna, conforme estabelecido no Regulamento do FOCEM, artigo 76, “os projetos que se executem serão submetidos a auditoria interna, a realizar-se de acordo com a normativa de cada Estado Parte. Para esse fim, as UTNF transmitirão oportunamente os projetos aprovados e a data prevista para a realização do primeiro desembolso”. Nesse sentido, a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), como Unidade Técnica Nacional do Focem no Brasil, encaminhou à Controladoria-Geral da União (CGU) os Ofícios nº 19/SPI/MP, de 04 de março de 2011, e nº 113/SPI/MP, de 04 de agosto de 2011, com informações sobre os projetos com participação do Brasil para fins de planejamento das atividades de auditoria interna. Nesse sentido, verifica-se que a CGU já iniciou a fase de execução da auditoria interna relativa ao “Programa de Ação Mercosul Livre de Febre Aftosa” (PAMA).					

Com relação à auditoria externa, conforme exposto em justificativa no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2010: a contratação da auditoria externa é de responsabilidade da Unidade Técnica Focem/Secretaria do Mercosul, conforme disposto no artigo 77 do Regulamento do FOCEM. Em razão disso, a UTF/SM convocou a realização de auditoria externa intermediária para as subunidades Brasil, Paraguai e Bolívia. Os trabalhos foram iniciados pela SUE Brasil, passando pela SUE Paraguai, e por fim, na SUE Bolívia. Durante o processo de contratação da empresa de auditoria, duas licitações foram declaradas desertas por não haver no mercado empresas de auditoria que dispusessem em seus quadros, além de auditores contábeis, de um especialista em zoonose e saúde animal. Por esse motivo, a contratação foi dividida em duas: uma empresa para realizar a auditoria financeira, e outra, com um especialista em zoonose e saúde animal, para a auditoria técnica. A auditoria financeira das três subunidades ficou a cargo do Estúdio Kaplan (Uruguai), e a auditoria técnica, a cargo do Dr. Andrés Gil (Uruguai). Os contratos foram assinados no dia 25 de novembro de 2011, tendo como prazo final para a apresentação dos relatórios o dia 09 de janeiro de 2012. Os relatórios finais das auditorias foram apresentados dentro do prazo e atualmente se encontram sob análise pela Unidade Executora (UE) do PAMA.

Síntese dos resultados obtidos

A Controladoria-Geral da União (CGU) foi informada acerca do conjunto de projetos brasileiros aprovados e das respectivas datas previstas para o primeiro desembolso, passando então a planejar as auditorias internas. Em relação à auditoria externa, foram contratadas duas empresas para a realização da auditoria interna, operacional, contábil, financeira e de cumprimento de requisitos específicos do “Programa de Ação Mercosul Livre de Febre Aftosa” (PAMA).

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Como a responsabilidade pela contratação da auditoria externa é da Unidade Técnica Focem/Secretaria do Mercosul, a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos ficou impossibilitada de atender à determinação proferida pelo TCU dentro do prazo estipulado, ainda que tenham sido contratadas empresas para a auditoria externa durante o ano de 2011. No que se refere à contratação de empresa para a realização de auditoria externa, cabe destacar a inexistência no mercado de uma empresa que dispusesse em seus quadros técnicos, concomitantemente, de especialistas em auditoria contábil/financeira e de especialistas em zoonose e saúde animal, o que provavelmente fez com que duas licitações tenham sido declaradas desertas.

Como solução, a licitação foi dividida em duas: uma para a auditoria financeira/contábil e outra para a auditoria técnica.

11. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA

O próximo Quadro transcreve a declaração do contador responsável pela SPI, encaminhada por meio do Memorando-Circular 10/GAB/SPOA-MP, de 17 de fevereiro de 2012, para dar cumprimento às instruções da Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011.

Quadro XXV - Declaração do Contador Responsável

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UGR
Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico - SPI			201008/00001
<p>Declaro que as informações relativas à execução levantadas por Unidade Gestora Responsável, da UGR 201008 - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI, que apresenta Relatório de Gestão, integram os Demonstrativos Contábeis do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) relativos ao exercício de 2011, e constam das demonstrações contábeis da Unidade Gestora Executora 201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira, bem como, do processo de Prestação de Contas demandada pela Secretaria Executiva/MP.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, Distrito Federal	Data	15 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	Marlene Cavalcante Gomes Coordenadora CCONT/CGPOF/SPOA/SE/MP	CRC-DF nº	016693/O

12. RESULTADOS E CONCLUSÕES

A construção de um País moderno, igualitário, diverso e soberano exige um planejamento que viabilize a ação pública por meio da reconstrução dos canais que favoreçam a ação do Estado. Espera-se, assim, consolidar as conquistas dos últimos anos, construindo caminhos que democratizam as oportunidades e solidificam a confiança depositada no futuro do País.

É sob esse contexto que nasceu o Plano Plurianual 2012-2015, o Plano Mais Brasil, estruturado a partir da dimensão estratégica que deu origem a Programas nos quais estão contidos os desafios e os compromissos de governo para o futuro imediato.

A elaboração do PPA 2012-2015 proporcionou um ambiente participativo e colaborativo entre os órgãos setoriais e o Ministério do Planejamento para a discussão das políticas públicas e de seus rumos nos próximos anos.

A nova estrutura programática foi bem aceita e vista como grande avanço por parte da maioria dos setoriais, que participaram ativamente nas cerca de 100 oficinas que definiram os Programas do Plano. Destacam-se, ainda, o sucesso na fase de elaboração do novo modelo, que envolveu a participação de estados e municípios por meio de Diálogos Federativos; o diálogo com a sociedade civil, com os Fóruns Interconselhos; e o Seminário da Construção da Dimensão Estratégica, que contou com a presença de grandes nomes do governo, do setor privado e da academia.

Absolutamente todas as etapas previstas para a elaboração do PPA foram integralmente cumpridas pelas equipes da SPI, o que exigiu extrema dedicação de todo o corpo técnico e diretivo nesses meses de intenso trabalho.

É a primeira vez que um Plano Plurianual é aprovado no Congresso Nacional no mesmo ano em que foi enviado pelo Poder Executivo. Nas outras 4 experiências (1995, 1999, 2003 e 2007), não foi possível votá-lo antes de março do ano posterior ao envio do Projeto de Lei. Além do esforço de concertação no Parlamento, isso é mais uma prova da qualidade do trabalho expresso no Projeto de Lei e na Mensagem Presidencial encaminhados pelo Executivo.

Com o início de um novo ciclo de PPA, e pela percepção dos formuladores e executores dessas políticas, ressalta-se o quão importante é o trabalho de coordenação desta Secretaria para a sua articulação intra e inter governamental. As expectativas estão depositadas nas próximas fases de implementação e gestão do Plano.

A gestão do PPA tem a missão de garantir as condições materiais e institucionais para a execução do Plano Mais Brasil, associando o conceito de resultado à abertura de canais que permitam ampliar a escala das entregas do governo. Para tanto, ela deve se estruturar a partir da premissa de que existe uma diversidade de arranjos e tipos de políticas que devem determinar o modelo de gestão. Do contrário, dificilmente a institucionalidade criada conseguirá estabelecer uma relação adequada com o funcionamento da Administração Pública.

Além disso, para que o Plano se torne um instrumento útil para o governo, é fundamental que a arquitetura institucional a ser criada considere a diversidade brasileira expressa nas diferenças culturais, econômicas e sociais do povo e do território. Essas diferenças determinam impactos distintos da ação pública nos brasileiros, que devem ser iguais perante o Estado.

O Sistema de Monitoramento e Avaliação do PPA 2012-2015 consistirá em suporte aos gestores públicos envolvidos diretamente na implementação das políticas e programas de governo e para a comunicação com a sociedade, podendo ser utilizado por outros interessados como instrumento de

acompanhamento da execução do Plano. Destaca-se o papel do Sistema no apoio à construção de governança nos diversos espaços de articulação das políticas públicas e à gestão matricial dos objetivos e metas do PPA integrantes de planos multissetoriais, como o Plano Brasil sem Miséria e o PAC, e de agendas de caráter transversal, tais como Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial.

Um desafio que se coloca, ainda, está na construção de mecanismos capazes de assegurar a participação social na gestão do Plano, especialmente nas etapas de monitoramento e avaliação, e mecanismos de articulação entre a União, estados e municípios em torno do desenvolvimento local e regional, mecanismos estes que sejam capazes de dar maior consistência ao projeto de desenvolvimento nacional.